



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DO AMAZONAS – CONEC

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
II ETAPA DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL
DE CULTURA DO AMAZONAS - PEC

Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura

Elaboração:
Equipe de Apoio Jurídico e Administrativo CONEC:
Sérgio Ricardo Mota Cruz
Symone Juliana Ribeiro Farias
Jennyfer Balbi e Silva

Colaboração:
Vanuza da Silva Santos – Elaboração e Registro de Ata
Mirelly Chunia Marques - Estagiária
Luan Yano Figueiró Barbosa - Estagiário

Manaus – Amazonas
2024

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA II ETAPA DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO AMAZONAS – PEC

O presente relatório apresenta os resultados da segunda etapa dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Estudos instituída pelo Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC para elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC.

Esta etapa teve como finalidade promover a análise técnica, a sistematização temática e a qualificação das propostas aprovadas durante as Conferências Municipais de Cultura, a 4ª Conferência Estadual de Cultura do Amazonas e a 4ª Conferência Nacional de Cultura, contribuindo para o aprofundamento dos debates e para a produção de subsídios destinados à continuidade do processo de elaboração do Plano.

Os trabalhos foram conduzidos por meio de reuniões técnicas, grupos de discussão e atividades de análise documental, reunindo conselheiros estaduais de cultura, delegados da Conferência Estadual de Cultura, representantes de órgãos públicos, especialistas convidados e membros da sociedade civil. Ao longo desta etapa, foram debatidos temas relacionados à governança cultural, participação social, patrimônio cultural, memória, diversidade cultural, economia criativa, acessibilidade, direitos culturais, formação artística, cultura digital e fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura.

A metodologia adotada buscou assegurar o alinhamento entre as propostas oriundas do processo conferencial e os princípios orientadores das políticas públicas culturais, observando os valores da participação social, diversidade cultural, descentralização, democratização do acesso à cultura e desenvolvimento sustentável.

Como resultado, a II Etapa possibilitou a organização temática das propostas, o fortalecimento do diálogo entre sociedade civil e poder público e a produção de referências técnicas que subsidiariam as etapas subsequentes de articulação institucional e consolidação do Plano Estadual de Cultura do Amazonas.

Esta segunda etapa representou um momento fundamental no processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura, contribuindo para o amadurecimento das propostas



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

apresentadas pela sociedade amazonense e para a construção de bases técnicas voltadas ao planejamento das políticas culturais do Estado.

www.amazonas.am.gov.br
twitter.com/GovernodoAM
youtube.com/governodoamazonas
facebook.com/governodoamazonas

Av. Sete de Setembro, 1546 –
Centro, Manaus – AM, 69020-125

 **FUNDO ESTADUAL DE
CULTURA**

Wilson Miranda Lima
Governador do Estado do Amazonas

Tadeu de Souza Silva
Vice-Governador

Flávio Cordeiro Antony Filho
Chefe da Casa Civil

Marcos Apolo Muniz de Araújo
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Candido Jeremias Cumarú Neto
Luiz Carlos de Matos Bonates
Secretários Executivos

Jennifer Ribeiro
Chefe de Gabinete

Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC

Marcos Apolo Muniz de Araújo
Presidente do CONEC

Luiz Carlos de Matos Bonates
Vice-Presidente do CONEC

Pedro Henrique Secatti Cacheado
Secretário Geral

Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura

Membros:

- Pedro Henrique Secatti Cacheado** - Audiovisual
Álvaro Serrão Monteiro - Literatura
Dudson Campos Carvalho - Artes Visuais e Novas Mídias
Elson Silva da Rocha - Folclore e Carnaval
Jordania Damasceno Galdino - Teatro
Lucimar Bezerra Marques - Cultura Popular de Matriz Ibérica
Ludimar Nunes Gonçalves - Cultura Indígena
Marcos André Durand Pereira - Dança
Mencius Benavrahan Melo Figueiredo Música
Vanderley Pinheiro Circo
Wellisson Brito Batista - Cultura Afrodescendente
Bjarne Lima Furtado - SEDUC
Cristina Helena Maia de Oliveira - SEFAZ
Emmanuelle Pampolha - AMAZONASTUR
Érica dos S. Nascimento Cintra - SUFRAMA
Maick José Soares Tavares – FESCAM
Priscila Sena de Souza - AFEAM
Roberto Sá Gomes - ALEAM
Rosy Cleia da Silva Seixas - SEJUSC
Wellington Douglas dos S. Dias - UEA

Mensagem da Comissão Especial de Estudos

A elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 representa um dos mais importantes processos de planejamento participativo da política cultural amazonense, reunindo diferentes vozes, experiências e perspectivas em torno da construção de um projeto comum para o futuro da cultura no Estado.

Ao longo desta segunda etapa, a Comissão Especial de Estudos dedicou-se à análise, sistematização e qualificação técnica das contribuições oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 4ª Conferência Estadual de Cultura e das diretrizes aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura. O trabalho desenvolvido possibilitou o aprofundamento dos debates, a organização temática das propostas e a construção de subsídios técnicos destinados à continuidade do processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

Mais do que um exercício técnico, esta etapa constituiu um espaço permanente de diálogo, reflexão e construção coletiva, reunindo conselheiros estaduais de cultura, delegados conferenciais, representantes de instituições públicas, especialistas, agentes culturais, artistas, produtores, mestres da cultura, povos indígenas, comunidades tradicionais e diversos segmentos da sociedade civil comprometidos com o fortalecimento da cultura amazonense.

Os debates realizados evidenciaram a riqueza da diversidade cultural do Amazonas e reafirmaram a importância da cultura como instrumento de cidadania, desenvolvimento sustentável, inclusão social, geração de oportunidades, preservação da memória e fortalecimento das identidades que constituem o patrimônio cultural do nosso Estado.

Este relatório registra os avanços alcançados durante a II Etapa do processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura, documentando as discussões realizadas, os consensos construídos e os encaminhamentos que contribuíram para o fortalecimento da base técnica necessária às etapas subsequentes de elaboração do Plano.

A todos que contribuíram com conhecimento, dedicação e compromisso ao longo desta jornada, expressamos nosso sincero reconhecimento e agradecimento. O resultado aqui apresentado é fruto de um esforço coletivo que reafirma a cultura como direito fundamental e como elemento estratégico para o desenvolvimento do Amazonas.

Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura
Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC

APRESENTAÇÃO

O Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 constitui o principal instrumento de planejamento das políticas públicas de cultura do Estado, estabelecendo diretrizes estratégicas para a promoção do desenvolvimento cultural, fortalecimento da cidadania, valorização da diversidade cultural e garantia dos direitos culturais da população amazonense ao longo da próxima década.

Em consonância com os princípios do Sistema Nacional de Cultura e com as diretrizes construídas por meio dos processos participativos de formulação das políticas culturais, o Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC instituiu uma Comissão Especial de Estudos com a finalidade de coordenar os trabalhos de elaboração do Plano Estadual de Cultura, assegurando ampla participação social, diálogo institucional e fundamentação técnica na construção deste importante instrumento de planejamento.

Após a realização da primeira etapa, dedicada à sistematização das contribuições oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 4ª Conferência Estadual de Cultura e da 4ª Conferência Nacional de Cultura, a segunda etapa teve como foco o aprofundamento técnico das discussões, a análise temática das propostas apresentadas e a produção de subsídios destinados à continuidade do processo de elaboração do Plano.

Os trabalhos desenvolvidos nesta fase ocorreram por meio de reuniões técnicas, debates temáticos e atividades de sistematização conduzidas pela Comissão Especial de Estudos, com a participação de conselheiros estaduais de cultura, delegados conferenciais, representantes de órgãos governamentais, especialistas e membros da sociedade civil. As discussões abrangeram temas relacionados à governança cultural, participação social, patrimônio cultural, memória, diversidade cultural, economia criativa, acessibilidade, formação cultural, direitos culturais, artes e linguagens digitais, refletindo a pluralidade de expressões e realidades presentes no território amazonense.

A II Etapa representou um momento fundamental para o amadurecimento das propostas construídas coletivamente pela sociedade amazonense, possibilitando a identificação de prioridades, desafios e oportunidades para o desenvolvimento cultural do Estado. O processo

contribuiu para a qualificação técnica das propostas debatidas e para a construção de referências que subsidiariam as etapas posteriores de articulação institucional e consolidação do Plano Estadual de Cultura.

Mais do que a elaboração de um documento técnico, esta etapa constituiu um espaço permanente de diálogo e construção coletiva, reafirmando o compromisso do Estado e da sociedade civil com a formulação de políticas públicas culturais democráticas, inclusivas, descentralizadas e alinhadas às especificidades culturais do Amazonas.

Este relatório apresenta o percurso metodológico adotado, as atividades realizadas, os debates promovidos e os resultados alcançados durante a II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, registrando uma importante fase do processo de construção coletiva das políticas culturais de longo prazo para o Estado do Amazonas.

QUADRO-RESUMO DA II ETAPA

Aspecto	Síntese
Instrumento	Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035
Etapa	II Etapa – Análise Técnica e Sistematização Temática
Coordenação	Comissão Especial de Estudos instituída pela Portaria CONEC nº 001/2024
Período de Realização	31 de outubro a 17 de dezembro de 2024
Reuniões Realizadas	8 reuniões temáticas
Modalidade	Híbrida (presencial e virtual)
Participação	Mais de 180 participantes entre conselheiros, delegados, gestores públicos, especialistas e representantes da sociedade civil
Metodologia	Reuniões temáticas, análise técnica, debates participativos e sistematização das propostas conferenciais
Temas Debatidos	Governança cultural, participação social, patrimônio cultural, memória, diversidade cultural, acessibilidade, economia criativa, direitos culturais, formação cultural e linguagens digitais
Produto Principal	Sistematização temática das propostas e produção de subsídios técnicos para as etapas subsequentes de elaboração do PEC
Resultado Institucional	Fortalecimento da participação social e qualificação técnica das propostas oriundas do processo conferencial
Etapa Subsequente	Reuniões transversais e articulação interinstitucional para aprofundamento das propostas
Órgão Responsável	Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC

**LINHA DO TEMPO DA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO
AMAZONAS – PEC 2025–2035**

2024 – INSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

03 de julho de 2024

- Publicação da Portaria CONEC nº 001/2024, instituindo a Comissão Especial de Estudos responsável pela elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

Agosto a setembro de 2024

- Realização da I Etapa dos trabalhos da Comissão Especial de Estudos.
- Análise das propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura.
- Estudo das deliberações da 4ª Conferência Estadual de Cultura.
- Compatibilização das propostas com as diretrizes aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura.
- Organização das propostas em eixos estruturantes.

31 de outubro de 2024

- Realização da Reunião Instrutiva da II Etapa.
- Apresentação da metodologia de trabalho e alinhamento dos procedimentos técnicos.

Novembro a dezembro de 2024

- Desenvolvimento da II Etapa.
- Realização de oito reuniões temáticas voltadas à análise técnica e consolidação das propostas por eixos estratégicos.
- Produção de subsídios técnicos para a etapa subsequente de elaboração do Plano.

2025 – CONSOLIDAÇÃO INTERSETORIAL

Janeiro a dezembro de 2025

- Realização das reuniões transversais com órgãos governamentais e instituições relacionadas às propostas debatidas pela Comissão Especial.
- Compatibilização institucional das ações propostas.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

- Discussão das responsabilidades setoriais.
- Consolidação técnica das metas, ações e diretrizes do Plano Estadual de Cultura.
- Estruturação da minuta do Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

2026 – ENCAMINHAMENTO INSTITUCIONAL

2026

- Finalização da proposta do Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.
- Encaminhamento do Anteprojeto à Casa Civil do Estado do Amazonas para análise e prosseguimento da tramitação institucional.



1. INTRODUÇÃO

- 1.1 Contextualização do Plano Estadual de Cultura
- 1.2 Antecedentes e Marco Legal
- 1.3 Objetivos da II Etapa
 - 1.3.1 Objetivo Geral
 - 1.3.2 Objetivos Específicos

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA II ETAPA

- 2.1 Caracterização da II Etapa
- 2.2 Objetivos Específicos da Etapa
- 2.3 Produtos Gerados pela II Etapa (*alterar o título atual "Produtos Esperados"*)

3. METODOLOGIA DA II ETAPA

- 3.1 Estrutura de Governança
- 3.2 Comissão Especial de Estudos
- 3.3 Procedimentos Metodológicos
- 3.4 Instrumentos de Sistematização das Propostas

4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- 4.1 Participantes da II Etapa
- 4.2 Delegados da 4ª Conferência Estadual de Cultura
- 4.3 Representação Institucional
- 4.4 Contribuições da Sociedade Civil

5. CRONOLOGIA DOS TRABALHOS

- 5.1 Cronograma das Reuniões da II Etapa
- 5.2 Síntese da Evolução dos Debates

6. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DA II ETAPA

- 6.1 Primeira Reunião Instrutiva
- 6.2 Segunda Reunião
- 6.3 Terceira Reunião
- 6.4 Quarta Reunião
- 6.5 Quinta Reunião
- 6.6 Sexta Reunião
- 6.7 Sétima Reunião
- 6.8 Oitava Reunião



7. RESULTADOS DA II ETAPA

8. PRINCIPAIS AVANÇOS DA II ETAPA

9. ENCAMINHAMENTOS PARA A III ETAPA

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXOS

Anexo I – Portaria CONEC nº 001/2024

Anexo II – Cronograma das Reuniões da II Etapa

Documentação Complementar disponibilizada:

As atas das reuniões, registros fotográficos, documentos de sistematização, materiais de referência e demais documentos produzidos durante a II Etapa encontram-se disponíveis para consulta pública no portal eletrônico do Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Sigla	Significado
AFEAM	Agência de Fomento do Estado do Amazonas
ALEAM	Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo do Amazonas
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CONEC	Conselho Estadual de Cultura do Amazonas
CPF da Cultura	Conselho, Plano e Fundo de Cultura
FEC	Fundo Estadual de Cultura
FESCAM	Fórum Estadual dos Secretários e Coordenadores de Cultura do Amazonas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MinC	Ministério da Cultura
PEC	Plano Estadual de Cultura
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNAB	Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura
SEC	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas
SEJUSC	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

GLOSSÁRIO

Ação Estratégica - Conjunto de iniciativas destinadas a alcançar objetivos específicos definidos no âmbito do planejamento das políticas públicas.

Agente Cultural - Pessoa física ou jurídica que atua na criação, produção, difusão, preservação, gestão ou promoção de atividades culturais.

Articulação Interinstitucional - Processo de cooperação entre diferentes órgãos, instituições e entidades com vistas à integração de ações e políticas públicas.

Conferência de Cultura - Instância de participação social destinada à discussão, formulação e avaliação de políticas públicas culturais, envolvendo representantes do poder público e da sociedade civil.

Conselho Estadual de Cultura (CONEC) - Órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador responsável pela participação social na formulação e acompanhamento das políticas culturais do Estado do Amazonas.

Democratização do Acesso à Cultura - Princípio que busca garantir a todas as pessoas o acesso aos bens, serviços, equipamentos, programas e atividades culturais, independentemente de sua condição social, econômica ou territorial.

Descentralização Cultural - Estratégia voltada à distribuição equilibrada das ações, investimentos e oportunidades culturais entre a capital e os municípios do interior.

Direitos Culturais - Direitos fundamentais que asseguram aos indivíduos e grupos o acesso, a participação e a produção da vida cultural, bem como a preservação de suas identidades e manifestações culturais.

Diversidade Cultural - Reconhecimento e valorização da pluralidade de expressões, práticas, saberes, tradições e identidades que compõem o patrimônio cultural de uma sociedade.

Economia Criativa - Conjunto de atividades econômicas baseadas na criatividade, no conhecimento, na cultura e na inovação como fatores de geração de valor, emprego e renda.

Eixo Temático - Agrupamento de temas e propostas com características comuns, utilizado para organizar e sistematizar os debates e ações de planejamento.

Fundo Estadual de Cultura (FEC) - Instrumento de financiamento das políticas culturais do Estado do Amazonas destinado ao apoio de programas, projetos e ações culturais.

Governança Cultural - Conjunto de mecanismos, processos e instâncias que possibilitam a participação de diferentes atores na formulação, implementação e acompanhamento das políticas culturais.

Indicador Cultural - Instrumento utilizado para medir, monitorar e avaliar resultados, impactos e desempenho das políticas públicas culturais.

Memória Cultural - Conjunto de referências, registros, narrativas, práticas e bens culturais que preservam a história e a identidade de grupos e comunidades.

Meta - Resultado a ser alcançado dentro de determinado período, utilizado como referência para o monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Patrimônio Cultural - Conjunto de bens materiais e imateriais que possuem valor histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, etnográfico ou cultural para a sociedade.

Participação Social - Envolvimento da sociedade civil nos processos de formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Plano Estadual de Cultura (PEC) - Instrumento de planejamento estratégico de longo prazo que estabelece diretrizes, objetivos e orientações para o desenvolvimento das políticas culturais do Estado.

Política Cultural - Conjunto de princípios, diretrizes, programas, ações e investimentos destinados à promoção, proteção, valorização e desenvolvimento da cultura.

Processo Conferencial - Conjunto de etapas participativas realizadas por meio das conferências municipais, estaduais e nacional de cultura, destinadas à formulação de propostas para as políticas culturais.

Sistema Estadual de Cultura - Conjunto articulado de instituições, mecanismos de participação social, instrumentos de planejamento e financiamento responsáveis pela gestão das políticas culturais no Estado.

Sistema Nacional de Cultura (SNC) - Modelo de gestão compartilhada das políticas culturais instituído pela Constituição Federal, baseado na cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Subsídio Técnico - Informação, estudo, análise ou recomendação produzida para apoiar processos de tomada de decisão e elaboração de políticas públicas.

Territorialidade Cultural - Reconhecimento das especificidades culturais existentes em diferentes territórios e regiões, considerando suas características sociais, históricas e identitárias.

Transversalidade - Integração da política cultural com outras áreas governamentais, como educação, turismo, meio ambiente, desenvolvimento econômico, direitos humanos e tecnologia.

1. INTRODUÇÃO

A cultura constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano, social e econômico, desempenhando papel estratégico na promoção da cidadania, na valorização da diversidade, na preservação da memória coletiva e no fortalecimento das identidades culturais. No Estado do Amazonas, marcado por sua extensa diversidade territorial, étnica e cultural, o planejamento das políticas públicas de cultura assume importância ainda maior, exigindo instrumentos capazes de orientar ações de longo prazo e promover a integração entre poder público e sociedade civil.

Nesse contexto, o Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 configura-se como o principal instrumento de planejamento estratégico das políticas culturais do Estado para a próxima década. Sua elaboração atende aos princípios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Cultura, bem como às diretrizes constitucionais que reconhecem a cultura como direito fundamental e dever do Estado, assegurando a todos os cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional e regional.

A construção do Plano Estadual de Cultura foi concebida como um processo participativo, democrático e colaborativo, fundamentado nas contribuições oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 4ª Conferência Estadual de Cultura do Amazonas e da 4ª Conferência Nacional de Cultura. Essas instâncias permitiram a ampla participação de gestores públicos, conselheiros, artistas, produtores culturais, pesquisadores, representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais e demais agentes culturais, que contribuíram para a formulação das propostas destinadas a orientar as políticas culturais do Estado nos próximos dez anos.

A primeira etapa dos trabalhos concentrou-se na coleta, organização, sistematização e análise inicial das propostas oriundas do processo conferencial. A segunda etapa, objeto deste relatório, teve como finalidade promover o aprofundamento técnico das discussões, a análise temática das propostas apresentadas e a produção de subsídios destinados a orientar as etapas subsequentes de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

Para conduzir esse processo, o Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC instituiu, por meio da Portaria CONEC nº 001/2024, uma Comissão Especial de Estudos

responsável pela coordenação dos trabalhos de análise, sistematização e qualificação técnica das propostas. Ao longo da II Etapa foram realizadas reuniões temáticas que possibilitaram o aprofundamento dos debates sobre governança cultural, participação social, patrimônio cultural, memória, diversidade cultural, economia criativa, acessibilidade, direitos culturais, formação artística, cultura digital e fortalecimento institucional do Sistema Estadual de Cultura.

Os trabalhos desenvolvidos buscaram assegurar que as contribuições construídas coletivamente pela sociedade amazonense fossem analisadas de forma técnica, democrática e participativa, permitindo a identificação de prioridades, desafios e oportunidades para o desenvolvimento cultural do Estado. Os resultados desta etapa constituíram importante base de referência para a realização das etapas posteriores, especialmente aquelas voltadas à articulação interinstitucional, à consolidação das propostas e à estruturação dos instrumentos que compõem o Plano Estadual de Cultura.

O presente relatório registra o conjunto de atividades realizadas durante a II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, apresentando a metodologia adotada, a participação social mobilizada, os debates promovidos pela Comissão Especial de Estudos, os resultados alcançados e os principais avanços obtidos no processo de qualificação técnica das propostas oriundas do processo conferencial.

Mais do que documentar reuniões e atividades técnicas, este relatório constitui o registro de um esforço coletivo voltado à construção de uma política cultural de Estado, comprometida com a valorização da diversidade cultural amazonense, o fortalecimento das instituições culturais e a ampliação dos direitos culturais da população do Amazonas.

1.1 Contextualização do Plano Estadual de Cultura

O Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 constitui um instrumento de planejamento estratégico de longo prazo destinado a orientar a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura no Estado do Amazonas durante o período de dez anos.

Sua elaboração está alinhada aos princípios do Sistema Nacional de Cultura – SNC, que estabelece a necessidade de integração entre os entes federativos na promoção das

políticas culturais, assegurando a participação social, a gestão compartilhada e a valorização da diversidade cultural brasileira.

O Amazonas possui uma das mais ricas diversidades culturais do país, resultado da convivência histórica entre povos indígenas, populações tradicionais, comunidades ribeirinhas, quilombolas, migrantes e diversos segmentos culturais que contribuem para a formação da identidade amazônica. Essa pluralidade cultural exige instrumentos de planejamento capazes de reconhecer as especificidades territoriais e promover políticas públicas adequadas às diferentes realidades existentes no Estado.

Nesse contexto, o Plano Estadual de Cultura busca consolidar uma visão estratégica para o desenvolvimento cultural do Amazonas, estabelecendo diretrizes, objetivos, metas e ações que orientem a atuação do poder público e fortaleçam o exercício dos direitos culturais, a preservação do patrimônio cultural, o desenvolvimento da economia criativa, a democratização do acesso à cultura e a promoção da cidadania cultural.

Mais do que um instrumento de gestão, o Plano representa um pacto social construído coletivamente entre Estado e sociedade, reafirmando a cultura como elemento essencial para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e o fortalecimento da identidade amazonense.

1.2 Antecedentes e Marco Legal

A elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas encontra fundamento nos dispositivos constitucionais que reconhecem a cultura como direito fundamental e atribuem ao Estado a responsabilidade de garantir o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional e regional.

No âmbito federal, destacam-se os artigos 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Cultura, instituído por meio da Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012, que consolidou os mecanismos de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios na formulação e execução das políticas culturais.

O processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura também observa as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que definiu princípios, objetivos e metas para o desenvolvimento cultural brasileiro em longo prazo.

No âmbito estadual, os trabalhos foram conduzidos pelo Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC, órgão colegiado responsável pela participação social e pelo acompanhamento das políticas culturais do Estado. Para coordenar o processo de elaboração do Plano, foi instituída a Comissão Especial de Estudos, por meio da Portaria CONEC nº 001/2024, publicada em 03 de julho de 2024, com a finalidade de promover estudos, sistematizar propostas e conduzir os debates necessários à construção do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

Além da base normativa, a elaboração do Plano foi subsidiada pelas deliberações aprovadas nas Conferências Municipais de Cultura, na 4ª Conferência Estadual de Cultura do Amazonas e na 4ª Conferência Nacional de Cultura, assegurando que o processo refletisse as demandas e prioridades identificadas pela sociedade civil e pelos agentes culturais em todo o território estadual.

1.3 Objetivos da II Etapa

A II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 teve como objetivo promover o aprofundamento técnico das propostas oriundas do processo conferencial, assegurando sua análise, sistematização e qualificação por meio de debates temáticos conduzidos pela Comissão Especial de Estudos instituída pelo Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC.

Os trabalhos desenvolvidos nesta etapa buscaram fortalecer a consistência técnica das contribuições apresentadas pela sociedade amazonense, possibilitando a identificação de convergências, prioridades e desafios relacionados ao desenvolvimento cultural do Estado.

1.3.1 Objetivo Geral

Promover a análise técnica e a sistematização temática das propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 4ª Conferência Estadual de Cultura e da 4ª Conferência Nacional de Cultura, produzindo subsídios para as etapas subsequentes de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar as propostas resultantes do processo conferencial à luz das necessidades e desafios da política cultural amazonense;
- Organizar e sistematizar as propostas por eixos temáticos estratégicos relacionados à cultura, patrimônio, memória, diversidade cultural, participação social, economia criativa, direitos culturais e fortalecimento institucional;
- Promover debates técnicos voltados ao aperfeiçoamento das contribuições apresentadas pelos diferentes segmentos culturais;
- Identificar convergências, complementaridades e oportunidades de integração entre as propostas debatidas;
- Fortalecer a participação social no processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura;
- Produzir subsídios técnicos destinados a orientar as etapas posteriores de articulação institucional e consolidação do Plano;
- Contribuir para a construção de uma base técnica consistente que subsidie o planejamento das políticas culturais do Estado para o período de 2025 a 2035.

Ao final da II Etapa, os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Estudos resultaram na produção de referências técnicas e na sistematização de propostas que serviram de base para a continuidade do processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas.

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA II ETAPA

A II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 correspondeu à fase de aprofundamento técnico das propostas oriundas do processo conferencial e à sistematização das contribuições destinadas ao planejamento das políticas culturais do Estado para o período de 2025 a 2035.

Conduzida pela Comissão Especial de Estudos instituída pelo Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC, esta etapa teve como finalidade promover a análise temática das propostas apresentadas pela sociedade amazonense, possibilitando sua qualificação técnica e a produção de subsídios destinados às etapas subsequentes de elaboração do Plano.

Os trabalhos foram desenvolvidos por meio de reuniões técnicas realizadas entre os meses de outubro e dezembro de 2024, reunindo conselheiros estaduais de cultura, delegados conferenciais, representantes institucionais, especialistas e membros da sociedade civil. As discussões foram organizadas por eixos temáticos estratégicos, contemplando temas relacionados à governança cultural, participação social, patrimônio cultural, memória, diversidade cultural, acessibilidade, economia criativa, direitos culturais, formação cultural e linguagens digitais.

Ao longo desta etapa, as propostas foram analisadas sob diferentes perspectivas, buscando identificar convergências, complementaridades e oportunidades de fortalecimento das políticas públicas culturais. Os debates permitiram aprofundar a compreensão sobre os desafios enfrentados pelo setor cultural amazonense e contribuíram para a construção de referências técnicas voltadas ao desenvolvimento cultural do Estado.

Como resultado, a II Etapa possibilitou a sistematização temática das propostas, o fortalecimento do diálogo entre sociedade civil e poder público e a produção de subsídios técnicos que serviriam de base para as etapas posteriores de articulação institucional e consolidação do Plano Estadual de Cultura do Amazonas.

Mais do que uma fase de análise documental, esta etapa constituiu um espaço de reflexão coletiva, construção de consensos e qualificação das contribuições apresentadas pelos diversos segmentos culturais, reafirmando o compromisso com uma política cultural participativa, democrática e alinhada às especificidades do território amazonense.

2.1 Caracterização da II Etapa

A II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 caracterizou-se como a fase de aprofundamento técnico, análise temática e sistematização das propostas oriundas do processo conferencial. Diferentemente da etapa anterior, que concentrou esforços na coleta, organização e análise inicial das contribuições apresentadas pela sociedade civil, esta fase teve como foco a qualificação técnica das propostas e a produção de subsídios destinados às etapas subsequentes de elaboração do Plano.

Os trabalhos foram conduzidos pela Comissão Especial de Estudos instituída pelo Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC, com a participação de conselheiros estaduais de cultura, delegados da 4ª Conferência Estadual de Cultura, representantes de órgãos governamentais, especialistas convidados e membros da sociedade civil.

Durante esta etapa, as propostas aprovadas nas conferências foram analisadas sob perspectivas técnicas, jurídicas, administrativas e orçamentárias, permitindo avaliar sua compatibilidade com os instrumentos de gestão pública e sua viabilidade de implementação ao longo da vigência do Plano.

A II Etapa também foi marcada pela organização dos conteúdos em eixos temáticos estratégicos, possibilitando uma abordagem estruturada dos principais desafios e oportunidades relacionados ao desenvolvimento cultural do Amazonas. Essa metodologia favoreceu a construção de consensos, a identificação de prioridades e a definição de diretrizes capazes de orientar as políticas culturais estaduais para o período de 2025 a 2035.

2.2 Objetivos Específicos

A II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas teve como objetivos específicos:

• Promover a análise técnica das propostas aprovadas nas Conferências Municipais de Cultura, na 4ª Conferência Estadual de Cultura e na 4ª Conferência Nacional de Cultura;

- Organizar e consolidar as propostas em eixos temáticos estratégicos;
- Identificar convergências, complementaridades e prioridades entre as contribuições apresentadas pelos diferentes segmentos culturais;
- Avaliar a viabilidade técnica, jurídica, administrativa e financeira das propostas debatidas;
- Fortalecer o diálogo entre poder público, sociedade civil e agentes culturais;
- Promover a qualificação técnica das propostas debatidas durante o processo conferencial;
- Produzir referências técnicas capazes de subsidiar os processos posteriores de articulação institucional e consolidação do Plano Estadual de Cultura;
- Fortalecer a integração entre os diferentes segmentos culturais e os órgãos envolvidos na formulação das políticas públicas de cultura.
- Preparar os conteúdos necessários para as etapas posteriores de consulta pública, validação institucional e encaminhamento da proposta aos órgãos competentes.

2.3 Produtos Gerados:

Ao término da II Etapa, esperava-se alcançar um conjunto de produtos capazes de subsidiar a consolidação do Plano Estadual de Cultura do Amazonas e orientar as etapas subsequentes de validação e aprovação institucional.

Entre os principais produtos previstos destacam-se:

- Consolidação das propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 4ª Conferência Estadual de Cultura e da 4ª Conferência Nacional de Cultura;
- Estruturação dos conteúdos do Plano Estadual de Cultura em eixos temáticos estratégicos;
- Sistematização temática das propostas oriundas do processo conferencial;

- Produção de subsídios técnicos destinados às etapas subsequentes de elaboração do Plano;
- Elaboração de documentos de apoio para os processos de articulação institucional;
- Consolidação de referências técnicas voltadas ao planejamento das políticas culturais do Estado.

Elaboração de relatórios técnicos das reuniões da Comissão Especial de Estudos;

- Produção de documentos de sistematização e análise das propostas debatidas;
- Registro documental das discussões, encaminhamentos e consensos construídos ao longo da II Etapa;
- Fortalecimento da base técnica necessária para implementação, monitoramento e avaliação das políticas culturais previstas no Plano.

A consolidação desses produtos representou um passo fundamental para a construção de um instrumento de planejamento cultural consistente, participativo e alinhado às necessidades e potencialidades do Estado do Amazonas.

3. METODOLOGIA DA II ETAPA

A II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 foi desenvolvida a partir de uma metodologia participativa, colaborativa e tecnicamente orientada, fundamentada nos princípios da gestão democrática, participação social, diversidade cultural, territorialidade e fortalecimento institucional das políticas públicas de cultura.

Os trabalhos foram conduzidos pela Comissão Especial de Estudos instituída pelo Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC, responsável pela coordenação das atividades de análise, discussão e sistematização das propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 4ª Conferência Estadual de Cultura e da 4ª Conferência Nacional de Cultura.

A metodologia adotada teve como objetivo assegurar que as contribuições construídas ao longo do processo conferencial fossem analisadas de forma estruturada e

participativa, possibilitando sua organização por eixos temáticos e a produção de subsídios técnicos para as etapas posteriores de elaboração do Plano.

Para alcançar esse objetivo, foram realizadas reuniões temáticas periódicas, nas quais as propostas foram discutidas, avaliadas e aperfeiçoadas à luz das necessidades da política cultural amazonense, considerando aspectos relacionados à sua pertinência, abrangência, potencial de implementação e alinhamento com os instrumentos de planejamento cultural existentes.

Os procedimentos metodológicos adotados permitiram a sistematização das contribuições apresentadas pela sociedade civil e pelos representantes institucionais, fortalecendo a consistência técnica dos debates e contribuindo para a construção de referências que subsidiariam os trabalhos de articulação institucional e consolidação do Plano nas etapas subsequentes.

3.1 Estrutura de Governança

A governança da II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas foi estruturada de forma a assegurar a participação institucional do Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC, a atuação técnica da Comissão Especial de Estudos e a colaboração de representantes da sociedade civil e do poder público envolvidos no processo de construção do Plano.

O Conselho Estadual de Cultura exerceu papel estratégico na coordenação política e institucional dos trabalhos, assegurando o alinhamento das atividades às diretrizes do Sistema Estadual de Cultura e às deliberações aprovadas durante o processo conferencial.

A Comissão Especial de Estudos atuou como instância técnica responsável pela condução das análises, sistematização das propostas e elaboração dos documentos de referência utilizados ao longo da II Etapa. Sua atuação possibilitou a articulação entre diferentes setores da política cultural, promovendo o diálogo entre gestores, conselheiros, delegados conferenciais, especialistas e representantes dos segmentos culturais.

A estrutura de governança adotada permitiu a integração entre participação social e análise técnica, garantindo legitimidade ao processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura e fortalecendo os mecanismos de gestão compartilhada das políticas culturais no Estado do Amazonas.

3.2 Comissão Especial de Estudos

A Comissão Especial de Estudos foi instituída pelo Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC por meio da Portaria CONEC nº 001/2024, publicada em 03 de julho de 2024, com a finalidade de coordenar os estudos necessários à elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

Durante a II Etapa, a Comissão desempenhou papel fundamental na análise técnica das propostas aprovadas nas conferências de cultura, promovendo reuniões temáticas, sistematizando contribuições e organizando conteúdos que subsidiariam as etapas subsequentes de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

Entre suas atribuições estiveram a organização dos trabalhos, a definição dos procedimentos metodológicos, a coordenação dos debates, a sistematização das contribuições recebidas e a elaboração dos documentos técnicos produzidos ao longo do processo.

A atuação da Comissão foi pautada pelos princípios da participação social, transparência, diversidade cultural, diálogo institucional e compromisso com a construção de uma política cultural de longo prazo para o Estado do Amazonas.

3.3 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados na II Etapa foram estruturados para possibilitar a análise sistemática das propostas oriundas do processo conferencial, promovendo sua organização temática, qualificação técnica e sistematização de conteúdos destinados à continuidade do processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

As reuniões foram organizadas por eixos temáticos, permitindo que cada conjunto de propostas fosse analisado de forma específica e aprofundada. Durante os encontros, as propostas foram examinadas quanto aos seus objetivos, abrangência, impactos esperados, viabilidade de implementação, órgãos envolvidos e possibilidades de monitoramento.

Os debates buscaram identificar convergências entre propostas semelhantes, eliminar sobreposições, aperfeiçoar redações e consolidar ações capazes de atender às demandas apresentadas pelos diversos segmentos culturais.

Também foram considerados aspectos jurídicos, administrativos e orçamentários relacionados à implementação das propostas, permitindo que as diretrizes e ações elaboradas apresentassem maior consistência técnica e aderência à realidade institucional do Estado.

Ao longo do processo, foram adotados mecanismos de registro e documentação das discussões, assegurando a rastreabilidade das decisões e a preservação da memória institucional dos trabalhos desenvolvidos.

3.4 Instrumentos de Sistematização das Propostas

Para assegurar a organização e a consolidação das contribuições analisadas durante a II Etapa, foram utilizados instrumentos técnicos de sistematização capazes de registrar e estruturar as informações produzidas ao longo dos trabalhos da Comissão Especial de Estudos.

As propostas foram organizadas em matrizes de análise contendo elementos como tema, objetivo, eixo estratégico, órgãos envolvidos, observações técnicas, possibilidades de articulação institucional e recomendações para aprofundamento dos debates nas etapas subsequentes.

Esse procedimento permitiu identificar convergências entre propostas, estabelecer prioridades e estruturar conteúdos de forma compatível com a lógica de planejamento adotada pelo Plano Estadual de Cultura.

Além das matrizes de consolidação, foram utilizados registros das reuniões, atas, documentos de referência, propostas conferenciais e demais instrumentos produzidos durante o processo de elaboração do Plano.

A utilização desses mecanismos contribuiu para garantir maior rigor metodológico, transparência e consistência técnica na sistematização das propostas e na construção dos subsídios necessários à continuidade dos trabalhos de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação social constituiu um dos princípios orientadores da II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, assegurando a continuidade do processo democrático iniciado durante as Conferências Municipais de Cultura, a 4ª Conferência Estadual de Cultura do Amazonas e a 4ª Conferência Nacional de Cultura.

A construção do Plano foi concebida como um processo coletivo, fundamentado no diálogo entre poder público e sociedade civil, reconhecendo a importância da participação dos diversos segmentos culturais na formulação das políticas públicas que orientarão o desenvolvimento cultural do Estado na próxima década.

Ao longo da II Etapa, os trabalhos conduzidos pela Comissão Especial de Estudos contaram com a participação de conselheiros estaduais de cultura, delegados eleitos na 4ª Conferência Estadual de Cultura, representantes da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, especialistas convidados, gestores públicos, pesquisadores, artistas, produtores culturais, agentes culturais, representantes dos povos indígenas, comunidades tradicionais e demais integrantes da sociedade civil interessados na construção do Plano.

A participação dos delegados conferenciais desempenhou papel fundamental na manutenção da legitimidade das propostas aprovadas durante o processo conferencial, permitindo que as discussões técnicas permanecessem alinhadas às demandas e prioridades identificadas pela sociedade amazonense. Essa participação garantiu que os debates promovidos pela Comissão Especial de Estudos refletissem as contribuições construídas coletivamente durante as conferências de cultura realizadas em todo o Estado.

A pluralidade de participantes possibilitou o aprofundamento dos debates sobre temas estratégicos para a política cultural amazonense, incluindo governança cultural, participação social, patrimônio cultural, memória, diversidade cultural, acessibilidade, economia criativa, formação cultural, direitos culturais, artes e linguagens digitais. A diversidade de experiências, trajetórias e perspectivas contribuiu significativamente para o aprimoramento das propostas analisadas e para a construção de soluções compatíveis com as diferentes realidades territoriais e culturais do Amazonas.

Além da participação direta nas reuniões técnicas, os representantes dos diversos segmentos culturais contribuíram com reflexões, observações e sugestões que auxiliaram na identificação de desafios, oportunidades e prioridades para o desenvolvimento cultural do Estado. Esse processo colaborativo fortaleceu o caráter democrático da elaboração do Plano e reafirmou o compromisso com a construção de políticas públicas culturalmente inclusivas e socialmente representativas.

A participação social registrada nesta etapa evidencia a consolidação de uma cultura de diálogo e cooperação entre Estado e sociedade, fortalecendo os mecanismos de governança participativa e contribuindo para a construção coletiva de propostas voltadas ao desenvolvimento cultural do Amazonas. As contribuições apresentadas ao longo dos debates constituíram importante subsídio para a qualificação técnica das discussões e para a continuidade do processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

4.1 Participantes da II Etapa

A II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 reuniu representantes do poder público e da sociedade civil em um amplo processo de diálogo, reflexão e construção coletiva voltado à análise e qualificação das propostas oriundas do processo conferencial.

Os trabalhos foram desenvolvidos por meio de reuniões técnicas coordenadas pela Comissão Especial de Estudos, contando com a participação de conselheiros estaduais de cultura, delegados eleitos durante a 4ª Conferência Estadual de Cultura do Amazonas,

representantes da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, especialistas convidados, gestores públicos, pesquisadores, artistas, produtores culturais e agentes culturais dos diversos segmentos representativos da cultura amazonense.

A diversidade dos participantes permitiu que as discussões contemplassem diferentes perspectivas e realidades territoriais, contribuindo para a construção de propostas mais abrangentes, inclusivas e alinhadas às necessidades do setor cultural. A presença de representantes de distintos segmentos culturais fortaleceu a legitimidade do processo e ampliou a capacidade de identificação dos desafios e oportunidades relacionados ao desenvolvimento cultural do Estado.

Ao longo das reuniões realizadas, os participantes contribuíram ativamente para a análise, aperfeiçoamento e consolidação das propostas debatidas, colaborando para a construção de um instrumento de planejamento cultural representativo e comprometido com os interesses da sociedade amazonense.

4.2 Delegados da 4ª Conferência Estadual de Cultura

A participação dos delegados eleitos durante a 4ª Conferência Estadual de Cultura do Amazonas representou um dos elementos centrais da II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

Como representantes legitimamente escolhidos durante o processo conferencial, os delegados desempenharam papel estratégico na preservação das deliberações construídas coletivamente pela sociedade civil, contribuindo para que as propostas aprovadas nas conferências fossem analisadas e consolidadas sem perder sua essência e seus objetivos originais.

Durante as reuniões da Comissão Especial de Estudos, os delegados contribuíram com observações, esclarecimentos e complementações sobre as propostas debatidas, compartilhando experiências acumuladas ao longo do processo conferencial e fortalecendo o diálogo entre os diversos segmentos culturais representados.

Sua participação contribuiu para assegurar que a elaboração do Plano permanecesse alinhada às demandas identificadas nos municípios amazonenses, fortalecendo o compromisso com a gestão democrática, a participação social e a construção compartilhada das políticas públicas de cultura.

A presença dos delegados também favoreceu a ampliação do debate sobre temas estratégicos para o desenvolvimento cultural do Estado, promovendo maior integração entre as deliberações conferenciais e os instrumentos de planejamento que compõem o Plano Estadual de Cultura.

4.3 Representação Institucional

A II Etapa contou com a participação de diversas instâncias institucionais envolvidas na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas culturais do Estado do Amazonas.

O Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC exerceu papel central na coordenação política e institucional dos trabalhos, atuando por meio da Comissão Especial de Estudos responsável pela condução das atividades técnicas relacionadas à elaboração do Plano.

A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa participou do processo fornecendo suporte técnico, informações institucionais e subsídios necessários para a análise das propostas, contribuindo para a construção de diretrizes compatíveis com a realidade administrativa e operacional da política cultural estadual.

Também participaram das discussões representantes de órgãos públicos, instituições de pesquisa, especialistas em gestão cultural, patrimônio cultural, economia criativa, cultura digital e demais áreas relacionadas aos temas debatidos ao longo da II Etapa.

A diversidade institucional presente nos trabalhos permitiu ampliar a qualidade técnica das discussões e fortalecer a articulação entre diferentes setores da administração pública e da sociedade civil, contribuindo para a construção de um Plano Estadual de Cultura integrado, participativo e alinhado aos desafios contemporâneos da gestão cultural.

4.4 Contribuições da Sociedade Civil

A sociedade civil desempenhou papel fundamental na construção do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, contribuindo com conhecimentos, experiências e perspectivas oriundas dos diferentes segmentos culturais e territórios do Estado.

As contribuições apresentadas durante as reuniões da II Etapa evidenciaram a diversidade cultural amazonense e a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção dos direitos culturais, à preservação do patrimônio cultural, ao desenvolvimento da economia criativa, à valorização das identidades culturais e à ampliação dos mecanismos de participação social.

Entre os temas mais recorrentes destacados pela sociedade civil estiveram o fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura, a ampliação dos sistemas municipais de cultura, a valorização dos povos indígenas e comunidades tradicionais, a promoção da diversidade cultural, a inclusão de grupos historicamente sub-representados, o incentivo à economia criativa, o fortalecimento da cultura digital e a democratização do acesso aos bens e serviços culturais.

As contribuições apresentadas também evidenciaram a necessidade de fortalecimento da cooperação entre Estado e municípios, da ampliação das ações de formação cultural, da melhoria dos mecanismos de financiamento da cultura e da criação de estratégias capazes de reduzir as desigualdades de acesso às políticas culturais entre a capital e o interior do Estado.

O conjunto dessas contribuições constituiu importante referência para os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Estudos, contribuindo para a sistematização das propostas debatidas e para a construção de subsídios técnicos destinados às etapas subsequentes de elaboração do Plano Estadual de Cultura. Dessa forma, a participação social reafirmou seu papel como elemento essencial na formulação de políticas públicas legítimas, democráticas e representativas da diversidade cultural amazonense.

5. CRONOLOGIA DOS TRABALHOS

A II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 foi desenvolvida por meio de reuniões técnicas conduzidas pela Comissão Especial de Estudos instituída pelo Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC. Os encontros tiveram como finalidade promover a análise, discussão e sistematização das propostas aprovadas durante o processo conferencial, contribuindo para a qualificação técnica dos conteúdos que subsidiariam as etapas posteriores de elaboração do Plano.

As atividades foram realizadas em formato híbrido, possibilitando a participação presencial e remota dos membros da Comissão, conselheiros estaduais de cultura, delegados da 4ª Conferência Estadual de Cultura, representantes institucionais e membros da sociedade civil. Essa metodologia contribuiu para ampliar a participação dos diversos segmentos culturais e assegurar a continuidade do processo democrático de construção do Plano.

Ao longo da II Etapa, os debates foram organizados por eixos temáticos, permitindo o aprofundamento das discussões sobre os principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento cultural do Amazonas. As reuniões possibilitaram a análise técnica das propostas, a identificação de convergências, a sistematização de contribuições e a construção de referências técnicas voltadas ao fortalecimento das políticas culturais do Estado.

A cronologia dos trabalhos demonstra a evolução gradual das discussões e evidencia o esforço coletivo empreendido pela Comissão Especial de Estudos na consolidação de uma política cultural de longo prazo para o Estado do Amazonas.

5.1 Cronograma das Reuniões da II Etapa

1ª Reunião – 31 de outubro de 2024

Tema principal: Apresentação da metodologia, alinhamento conceitual e definição do cronograma de trabalho;

2ª Reunião - 07 de novembro de 2024

Tema principal: Sistema Estadual de Cultura, Cadastro Estadual de Cultura e Observatório Cultural;

3ª Reunião – 14 de novembro de 2024

Tema principal: Democratização do acesso à cultura, participação social e fortalecimento dos sistemas municipais de cultura;

4ª Reunião – 26 de novembro de 2024

Tema principal: Patrimônio cultural, Festival Encontro Cultural e fortalecimento das ações culturais nos municípios;

5ª Reunião – 28 de novembro de 2024

Tema principal: Diversidade cultural, ações afirmativas, representatividade e acessibilidade cultural;

6ª Reunião – 29 de novembro de 2024

Tema principal: Economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade cultural;

7ª Reunião – 04 de dezembro de 2024

Tema principal: Patrimônio, identidade e memória, centros de memória e digitalização de acervos;

8ª Reunião – 17 de dezembro de 2024

Tema principal: Direitos às artes, linguagens digitais, formação cultural e inclusão tecnológica.

5.2 Síntese da Evolução dos Debates

Os trabalhos da II Etapa iniciaram-se com a apresentação da metodologia e dos instrumentos técnicos que orientariam a consolidação das propostas oriundas das conferências de cultura. Em seguida, as reuniões avançaram para a análise dos temas relacionados à governança cultural, participação social e fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura.

Na sequência, os debates abordaram questões ligadas à valorização do patrimônio cultural, da memória e das identidades culturais amazonenses, ampliando a discussão para temas relacionados à diversidade cultural, acessibilidade e inclusão de grupos historicamente sub-representados nas políticas públicas de cultura.

Os encontros posteriores concentraram-se na análise de propostas voltadas ao desenvolvimento da economia criativa, geração de emprego e renda, sustentabilidade dos empreendimentos culturais e fortalecimento das cadeias produtivas da cultura.

A etapa foi concluída com debates sobre direitos culturais, artes, cultura digital, formação tecnológica e democratização do acesso às novas linguagens culturais, consolidando um conjunto abrangente de propostas voltadas ao desenvolvimento cultural do Amazonas para o período de 2025 a 2035.

O conjunto das reuniões permitiu construir uma visão integrada das políticas culturais do Estado, contribuindo para a elaboração de uma proposta de Plano alinhada às demandas da sociedade amazonense e aos princípios do Sistema Nacional de Cultura.

6. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DA II ETAPA

A II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 foi marcada por um intenso processo de análise, discussão e consolidação das propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 4ª Conferência Estadual de Cultura e da 4ª Conferência Nacional de Cultura.

Com o objetivo de transformar as deliberações construídas pela sociedade em diretrizes, metas e ações estruturadas para o planejamento cultural do Estado, a Comissão Especial de Estudos realizou uma série de reuniões técnicas destinadas à avaliação das propostas aprovadas no processo conferencial. Os encontros possibilitaram o aprofundamento dos debates, a identificação de desafios e oportunidades, a definição de estratégias de implementação e a construção de consensos em torno dos principais temas da política cultural amazonense.

Ao longo desta etapa, foram realizadas oito reuniões de trabalho, organizadas por eixos temáticos, contemplando assuntos relacionados à governança cultural, participação social, patrimônio cultural, memória, diversidade cultural, economia criativa, acessibilidade, direitos culturais, formação artística, cultura digital e fortalecimento institucional do Sistema Estadual de Cultura.

As reuniões contaram com a participação de conselheiros estaduais de cultura, delegados conferenciais, representantes de órgãos públicos, especialistas convidados e membros da sociedade civil, assegurando um processo plural, democrático e alinhado aos princípios do Sistema Nacional de Cultura.

Os registros apresentados a seguir sintetizam os principais debates, contribuições, encaminhamentos e resultados produzidos em cada reunião, evidenciando o percurso metodológico que subsidiou a construção da proposta preliminar do Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

6.1 Primeira Reunião Instrutiva da Comissão do Plano Estadual de Cultura – II Etapa

A primeira reunião instrutiva da Comissão Especial de Estudos para Elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas (PEC 2025–2035) foi realizada em 31 de outubro de 2024, em formato híbrido, com participação presencial no Palacete Provincial e virtual por meio de plataforma digital.

A reunião teve caráter preparatório e metodológico, marcando o início da segunda etapa de construção do Plano Estadual de Cultura. O encontro contou com a participação dos membros da Comissão Especial instituída pela Portaria CONEC nº 001/2024, conselheiros

estaduais de cultura, representantes da sociedade civil e delegados eleitos durante a 4ª Conferência Nacional de Cultura.

Na abertura dos trabalhos, foi destacada a importância da integração entre os delegados da Conferência Nacional de Cultura e os membros do Conselho Estadual de Cultura do Amazonas, buscando ampliar a participação social no processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura e fortalecer o alinhamento entre as deliberações conferenciais e a futura proposta legislativa.

Durante a reunião, foram apresentados os fundamentos conceituais, legais e metodológicos que orientariam os trabalhos da Comissão. A equipe técnica esclareceu que o Plano Estadual de Cultura constitui o principal instrumento de planejamento das políticas culturais do Estado para os dez anos subsequentes, devendo observar as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura, bem como as propostas aprovadas nas conferências municipais, estadual e nacional de cultura.

Foram detalhadas as etapas de elaboração do Plano, compreendendo a sistematização das propostas aprovadas nas conferências, a construção de diretrizes, metas e ações, a realização de consultas institucionais junto aos órgãos governamentais estratégicos e a futura consulta pública aberta à sociedade.

A reunião também serviu para apresentar a metodologia de análise das propostas, baseada na identificação de objetivos estratégicos, pontos focais, entes envolvidos, observações técnicas e convergência com os instrumentos de planejamento cultural das demais esferas federativas. Ressaltou-se a necessidade de alinhamento entre os planos municipal, estadual e nacional de cultura, condição essencial para a integração das políticas públicas e para o acesso a mecanismos de financiamento e cooperação federativa.

Outro aspecto relevante debatido foi a importância da definição de indicadores e mecanismos de monitoramento capazes de avaliar a execução das metas propostas ao longo da vigência do Plano, assegurando condições adequadas para futuras revisões e processos de avaliação periódica.

Ao final do encontro, foi apresentado o cronograma preliminar de reuniões da Comissão para os meses de novembro e dezembro, estabelecendo-se o calendário de trabalho

que orientaria a análise das propostas e a construção colaborativa do texto-base do Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Cultura do Amazonas.

A reunião consolidou as bases metodológicas da II Etapa do processo, promovendo o alinhamento conceitual dos participantes e estabelecendo os procedimentos que norteariam os trabalhos de sistematização e consolidação das propostas culturais para o Estado do Amazonas.

6.2 Segunda Reunião da Comissão do Plano Estadual de Cultura – II Etapa

A segunda reunião da Comissão Especial de Estudos para elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas (PEC 2025–2035) foi realizada em 07 de novembro de 2024, em formato híbrido, reunindo conselheiros estaduais de cultura, delegados da Conferência Estadual de Cultura, representantes da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e demais participantes do processo de construção do Plano.

O encontro marcou o início da etapa de análise técnica das propostas aprovadas durante as conferências municipais, estadual e nacional de cultura. Para subsidiar os trabalhos, foi apresentada a “Matriz Geral de Elaboração do Plano Estadual de Cultura”, instrumento metodológico estruturado em eixos de análise contendo os campos de proposta, desafios e oportunidades, objetivos, diretrizes, estratégias, ações, metas e indicadores.

Os debates concentraram-se na Proposta 1.1 do Eixo 1, que trata da integração dos cadastros dos trabalhadores da cultura do Amazonas em um banco de dados comum, articulado a uma plataforma pública de consulta e produção de indicadores culturais. A proposta prevê a constituição de um observatório cultural capaz de reunir informações estratégicas para o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas culturais do Estado.

Durante as discussões, foram abordados aspectos relacionados à implementação do Cadastro Estadual de Cultura, especialmente no que se refere à observância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), à proteção das informações pessoais dos agentes culturais e às possibilidades de disponibilização pública de dados agregados para fins de pesquisa, transparência e formulação de políticas públicas.

Os participantes destacaram a importância da busca ativa para ampliação do cadastro cultural, especialmente nos municípios do interior do Amazonas, bem como a

necessidade de fortalecimento da infraestrutura tecnológica e da assistência técnica aos municípios para garantir a atualização permanente das informações culturais.

Também foram apresentados exemplos de experiências exitosas desenvolvidas em outros estados brasileiros, como o Mapa Cultural de Pernambuco e a plataforma Versalic, reconhecidos como referências para organização de informações culturais, produção de indicadores e disponibilização de dados públicos sem comprometimento das normas de proteção de dados pessoais.

A reunião promoveu ainda importante debate sobre inclusão digital, acessibilidade e democratização do acesso aos sistemas culturais. Foram discutidos os desafios enfrentados por trabalhadores da cultura residentes em áreas remotas, populações em situação de vulnerabilidade social e pessoas com deficiência, reforçando a necessidade de construção de mecanismos simplificados e acessíveis de cadastramento e participação nas políticas públicas culturais.

Representantes da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa apresentaram informações sobre o estágio atual do Cadastro Estadual de Cultura, destacando que o sistema já possuía aproximadamente sete mil registros de agentes culturais, constituindo-se em uma importante ferramenta de gestão cultural reconhecida nacionalmente. Também foram discutidas possibilidades futuras de integração entre o cadastro estadual e os sistemas nacionais de informação cultural desenvolvidos pelo Ministério da Cultura.

Ao longo da reunião, consolidou-se o entendimento de que o Cadastro Estadual de Cultura deve ser compreendido não apenas como uma ferramenta de registro, mas como parte integrante de um sistema mais amplo de informações e indicadores culturais, capaz de subsidiar a formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas culturais do Estado do Amazonas.

Como encaminhamento, foi recomendada a continuidade da análise técnica da proposta, incorporando contribuições relacionadas à acessibilidade, integração federativa, proteção de dados, fortalecimento dos cadastros setoriais e ampliação dos mecanismos de participação social, elementos considerados fundamentais para a construção de um sistema estadual de informações culturais moderno, inclusivo e alinhado às diretrizes do Sistema Nacional de Cultura.

6.3 Terceira Reunião da Comissão do Plano Estadual de Cultura – II Etapa

A terceira reunião da Comissão Especial de Estudos para elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas (PEC 2025–2035) foi realizada em 14 de novembro de 2024, em formato híbrido, reunindo conselheiros estaduais de cultura, delegados da Conferência Estadual de Cultura, representantes da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e demais participantes envolvidos no processo de construção do Plano Estadual de Cultura.

Os trabalhos tiveram início com a análise da Proposta 2.1 do Eixo 2 – Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social, que trata da ampliação do controle social na gestão cultural do Amazonas por meio da estruturação de conselhos e comitês culturais nos municípios, da capacitação de gestores e conselheiros e do fortalecimento da participação social nas políticas culturais.

Durante os debates, destacou-se a importância do fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura por meio da cooperação técnica entre Estado e municípios, respeitando a autonomia administrativa municipal e promovendo mecanismos de apoio para a criação e consolidação dos sistemas municipais de cultura. Os participantes ressaltaram que o fortalecimento dos conselhos municipais constitui elemento essencial para ampliar a participação da sociedade civil nos processos de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas culturais.

A discussão também abordou o papel dos Comitês de Cultura, recentemente instituídos pelo Ministério da Cultura, destacando-se a necessidade de maior clareza sobre suas atribuições, formas de atuação e articulação com os conselhos de cultura. Os participantes defenderam a construção de mecanismos de cooperação institucional que evitem sobreposição de funções e fortaleçam a participação social nos territórios culturais do Estado.

Outro tema amplamente debatido foi a implementação do chamado “CPF da Cultura”, conjunto de instrumentos estruturantes composto por Conselho, Plano e Fundo de Cultura. Foram apresentados relatos das dificuldades encontradas pelos municípios para cumprir os requisitos exigidos pelo Sistema Nacional de Cultura, especialmente diante das mudanças de gestão municipal, da carência de equipes técnicas e da ausência de estruturas administrativas

específicas para a área cultural. Nesse contexto, destacou-se a necessidade de intensificar ações de busca ativa, orientação técnica e formação continuada para gestores culturais municipais.

Os participantes também discutiram a criação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), entendida como importante instrumento de articulação entre Estado e municípios para o fortalecimento da governança cultural e da gestão compartilhada das políticas públicas de cultura. A futura implantação da CIB foi apontada como um marco estratégico para o aprimoramento do Sistema Estadual de Cultura e para o fortalecimento da cooperação federativa no Amazonas.

Ao longo da reunião, foram apresentadas propostas relacionadas à revisão e modernização da estrutura institucional do Conselho Estadual de Cultura, incluindo discussões sobre sua nomenclatura, composição, representatividade e alinhamento com os princípios contemporâneos da gestão cultural e das políticas públicas de cultura. Os participantes destacaram a importância de fortalecer os mecanismos de participação social, ampliar a representatividade dos segmentos culturais e promover maior integração entre sociedade civil e poder público.

No período vespertino, os debates concentraram-se na Proposta 2.2, voltada para os mecanismos de difusão cultural e comunicação pública da cultura. Os participantes reconheceram que um dos principais desafios enfrentados pelos municípios do Amazonas é a dificuldade de acesso à informação, especialmente nas localidades mais distantes dos centros urbanos. Foram relatadas limitações relacionadas à conectividade digital, cobertura de internet e alcance dos meios tradicionais de comunicação.

Diante desse cenário, foram discutidas alternativas para ampliar a divulgação das ações culturais em todo o território estadual, incluindo a criação de portais integrados de informação cultural, calendários públicos de eventos, utilização de mídias oficiais do Estado, fortalecimento das rádios comunitárias, sistemas de comunicação locais, parcerias com influenciadores digitais e estratégias de comunicação adaptadas às diferentes realidades regionais. Os participantes ressaltaram que a democratização da cultura depende não apenas da oferta de atividades culturais, mas também da garantia de acesso à informação sobre essas oportunidades.

A reunião também enfatizou a importância da valorização da diversidade cultural amazônica, da promoção das manifestações culturais dos municípios do interior e da criação de

mecanismos permanentes de divulgação capazes de ampliar a visibilidade dos artistas, grupos culturais, produtores e fazedores de cultura em todo o Estado. Destacou-se ainda a necessidade de construir soluções de comunicação inclusivas, capazes de alcançar populações residentes em áreas remotas, respeitando suas especificidades territoriais, sociais e culturais.

Como encaminhamento, foi deliberada a continuidade da análise das propostas do Eixo 2, com aprofundamento das discussões sobre governança cultural, participação social, fortalecimento dos sistemas municipais de cultura, comunicação pública e mecanismos de difusão cultural, elementos considerados estratégicos para a efetiva democratização do acesso à cultura no Amazonas.

6.4 Quarta Reunião da Comissão do Plano Estadual de Cultura – II Etapa

A quarta reunião da Comissão Especial de Estudos para elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas (PEC 2025–2035) foi realizada em 26 de novembro de 2024, em formato híbrido, reunindo conselheiros estaduais de cultura, delegados da Conferência Estadual de Cultura, representantes da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e demais colaboradores envolvidos na construção do Plano Estadual de Cultura. Os trabalhos deram continuidade às discussões do Eixo 3 – Patrimônio e Memória, com foco nas estratégias de valorização das identidades culturais amazonenses e fortalecimento das ações culturais nos municípios do Estado.

A reunião teve início com a análise da proposta de criação do Festival “Encontro Cultural”, concebido como uma iniciativa estadual voltada à promoção da diversidade cultural do Amazonas por meio da integração de múltiplas linguagens artísticas e expressões culturais, incluindo gastronomia, dança, música, artesanato, teatro, literatura, audiovisual, artes visuais e manifestações tradicionais dos municípios. A proposta foi apresentada como uma estratégia de valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Estado, buscando ampliar a visibilidade das produções culturais locais e fortalecer o intercâmbio entre os diversos territórios culturais amazonenses.

Durante os debates, os participantes destacaram a importância de estruturar o Festival “Encontro Cultural” não apenas como um evento isolado, mas como parte de uma política

cultural permanente. Foram apresentadas sugestões para sua organização em etapas regionais, contemplando diferentes regiões do Amazonas e culminando em uma grande mostra estadual. Essa proposta buscou assegurar a descentralização das ações culturais, ampliar a participação dos municípios e promover a circulação de artistas, grupos culturais e manifestações tradicionais em todo o território estadual.

Os conselheiros também discutiram a possibilidade de conferir ao festival caráter itinerante, permitindo que sua realização ocorra em diferentes municípios ao longo dos anos, fortalecendo a integração regional e ampliando o acesso da população às atividades culturais. Foi ressaltado que essa estratégia contribuiria para a democratização da cultura e para o reconhecimento das especificidades culturais de cada região do Amazonas.

Outro tema amplamente debatido foi a criação de um Programa Estadual de Apoio aos Municípios para o Desenvolvimento Cultural, concebido como instrumento complementar ao festival. A proposta prevê mecanismos de adesão dos municípios, apresentação de projetos culturais locais, apoio técnico e financeiro do Estado e fortalecimento da cooperação entre os entes federativos. Os participantes destacaram que o programa poderia servir como ferramenta estratégica para preparação dos municípios diante dos novos modelos de transferência de recursos públicos na área da cultura, especialmente no contexto das transferências fundo a fundo previstas para os próximos anos.

Ao longo das discussões, foi enfatizada a necessidade de fortalecer os fundos municipais de cultura, os sistemas municipais de cultura e a capacidade técnica das administrações locais para elaboração, execução e prestação de contas de projetos culturais. Nesse sentido, os participantes defenderam a implementação de ações permanentes de formação continuada para gestores culturais municipais, visando ampliar a capacidade institucional dos municípios para acessar recursos e executar políticas públicas de cultura.

Também foram debatidas estratégias para assegurar a participação efetiva dos municípios no Festival “Encontro Cultural”, permitindo que cada localidade apresentasse manifestações representativas de sua identidade cultural, como festas tradicionais, danças populares, expressões folclóricas, celebrações comunitárias e demais referências culturais de seus territórios. Os participantes destacaram que essa abordagem contribuiria para a valorização

da diversidade cultural amazonense e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento das comunidades locais.

A reunião ainda abordou aspectos relacionados ao financiamento das políticas culturais, à necessidade de planejamento orçamentário adequado para execução das ações previstas no Plano Estadual de Cultura e à importância de estabelecer programas estruturados capazes de ampliar a captação de recursos junto ao Governo Federal. Foram discutidas alternativas para construção de programas integrados que contemplem diferentes segmentos culturais e grupos sociais, promovendo inclusão, diversidade e fortalecimento da cidadania cultural.

Outro ponto relevante foi o debate sobre a terminologia utilizada nas políticas de formação artística e cultural. Os participantes defenderam a adoção da expressão “formação continuada” em substituição a termos tradicionalmente utilizados, buscando valorizar os saberes já existentes e reforçar a perspectiva de aperfeiçoamento permanente dos agentes culturais.

Como encaminhamento, a Comissão deliberou pela continuidade da análise das propostas do Eixo 3 – Patrimônio e Memória, incorporando contribuições relacionadas à estruturação do Festival “Encontro Cultural”, à criação de mecanismos permanentes de apoio aos municípios, ao fortalecimento dos sistemas locais de cultura e à valorização das diversas expressões culturais presentes nos territórios amazonenses. A reunião consolidou importantes diretrizes para a construção de políticas públicas voltadas à preservação, promoção e difusão do patrimônio cultural do Amazonas, reforçando o papel estratégico da cultura no desenvolvimento social, econômico e identitário do Estado.

6.5 Quinta Reunião da Comissão do Plano Estadual de Cultura – II Etapa

A quinta reunião da Comissão Especial de Estudos para elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas (PEC 2025–2035) foi realizada em 28 de novembro de 2024, em formato híbrido, reunindo conselheiros estaduais de cultura, delegados da Conferência Estadual de Cultura, representantes da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e convidados. Os trabalhos foram dedicados à análise das propostas do **Eixo 4 – Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural**, com foco

na construção de mecanismos institucionais capazes de promover inclusão, representatividade e equidade nas políticas culturais do Estado.

A reunião iniciou com a análise da proposta voltada à inclusão, no organograma da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, de estruturas específicas relacionadas ao Sistema Nacional de Cultura e às políticas afirmativas do Governo Federal. Os participantes discutiram a possibilidade de criação de setores e departamentos especializados capazes de desenvolver ações permanentes voltadas à diversidade cultural, inclusão social e promoção dos direitos culturais de grupos historicamente invisibilizados. Durante os debates, foi ressaltada a necessidade de compatibilizar tais iniciativas com a estrutura administrativa já existente na Secretaria, observando aspectos técnicos, jurídicos e orçamentários.

Os participantes destacaram a importância da implementação de políticas públicas culturais capazes de contemplar diferentes segmentos da sociedade amazonense, incluindo povos indígenas, comunidades tradicionais, população negra, quilombolas, ribeirinhos, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas idosas, juventudes, artistas periféricos e a população LGBTQIAPN+. Foi enfatizado que a diversidade cultural deve ser compreendida como princípio estruturante das políticas culturais e não apenas como ação pontual ou setorial.

Durante a reunião, foi amplamente debatida a necessidade de fortalecimento das ações afirmativas no âmbito da política cultural estadual. Os participantes defenderam a criação de programas específicos de formação, qualificação e capacitação cultural, voltados ao fortalecimento de agentes culturais pertencentes a grupos historicamente marginalizados. Também foram discutidas estratégias para ampliar o acesso dessas populações aos mecanismos de financiamento, editais públicos, programas de fomento e espaços de participação social.

Um dos principais pontos de debate foi a representatividade da população LGBTQIAPN+ nos espaços institucionais da cultura. Representantes do segmento destacaram a ausência histórica de mecanismos formais de representação nos conselhos de cultura e defenderam a criação de instrumentos que assegurem a participação efetiva dessa população nos processos de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas culturais. Foram apresentadas propostas relacionadas tanto à criação de estruturas administrativas específicas quanto à ampliação dos espaços de representação social nos órgãos colegiados da cultura.

Ao longo das discussões, também foi defendida a necessidade de incorporar ao Plano Estadual de Cultura os princípios e diretrizes nacionais voltados à promoção da diversidade cultural e das ações afirmativas. Nesse contexto, foram analisadas propostas destinadas a garantir maior acesso, visibilidade e participação das populações historicamente invisibilizadas, reconhecendo a diversidade étnica, social, territorial e cultural existente no Amazonas. Os participantes destacaram a importância de assegurar que os instrumentos de planejamento e gestão cultural contemplem explicitamente essas populações, promovendo igualdade de oportunidades e valorização das identidades culturais.

Outro tema de destaque foi a discussão sobre a acessibilidade cultural. Os participantes defenderam que o conceito de acessibilidade seja compreendido de forma ampliada, abrangendo não apenas questões relacionadas às pessoas com deficiência, mas também o acesso efetivo aos bens, serviços, equipamentos e oportunidades culturais por parte de todos os grupos sociais. Nesse sentido, foi proposta a adoção da acessibilidade cultural como princípio transversal das políticas públicas de cultura, orientando ações de planejamento, financiamento, formação, difusão e participação social.

Também foram debatidas alternativas para ampliação da representatividade no Conselho Estadual de Cultura. Diversas manifestações apontaram para a necessidade de revisão futura da composição do colegiado, de forma a contemplar segmentos culturais e grupos sociais atualmente sub-representados. Os participantes reconheceram a complexidade administrativa e jurídica dessa discussão, destacando a necessidade de estudos específicos e de amplo diálogo com a sociedade civil para eventual reformulação da estrutura representativa do Conselho.

As discussões evidenciaram ainda a necessidade de fortalecimento institucional do Sistema Estadual de Cultura, mediante a criação de mecanismos permanentes de coordenação, monitoramento e implementação de políticas públicas voltadas à diversidade cultural. Foi defendida a integração entre Conselho, Secretaria de Cultura, Sistema Estadual de Cultura e Fundo Estadual de Cultura, visando garantir maior efetividade às ações afirmativas e às estratégias de inclusão cultural previstas no Plano.

Como encaminhamento, a Comissão deliberou pela continuidade da sistematização das contribuições relacionadas ao Eixo 4, incorporando ao texto do Plano Estadual de Cultura propostas voltadas ao fortalecimento da diversidade cultural, das ações afirmativas, da

acessibilidade cultural e da ampliação da participação social. A reunião consolidou importantes diretrizes para a construção de uma política cultural mais inclusiva, democrática e representativa, reafirmando o compromisso do Plano Estadual de Cultura com a valorização da pluralidade cultural amazonense e com a promoção dos direitos culturais de todos os cidadãos.

6.6 Sexta Reunião da Comissão do Plano Estadual de Cultura – II Etapa

A sexta reunião da Comissão Especial de Estudos para elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas (PEC 2025–2035) foi realizada em 29 de novembro de 2024, em formato híbrido, reunindo conselheiros estaduais de cultura, delegados da Conferência Estadual de Cultura, representantes institucionais e membros da sociedade civil. Em razão da ausência justificada do presidente e do vice-presidente da Comissão, os trabalhos foram conduzidos pelo assessor jurídico Sérgio Ricardo Mota Cruz. A pauta concentrou-se na análise das propostas relacionadas ao **Eixo 5 – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade**, buscando consolidar estratégias para o fortalecimento da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e inclusão social no Amazonas.

Os trabalhos iniciaram com a análise das propostas voltadas à atualização dos Conselhos Estadual e Municipais de Cultura, visando ampliar a participação de segmentos culturais emergentes e historicamente sub-representados, como hip hop, artesanato, moda, games, capoeira, cultura quilombola e população LGBTQIAPN+. Durante os debates, foi ressaltada a necessidade de observar os princípios de paridade entre sociedade civil e poder público, bem como os impactos administrativos e orçamentários decorrentes de eventual ampliação da composição dos colegiados. Também foram discutidas medidas de incentivo à criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Cultura e respectivos Fundos Municipais de Cultura.

Na sequência, foram apresentadas propostas destinadas ao fortalecimento da economia criativa no Estado do Amazonas. Os participantes destacaram que a diversidade cultural amazonense constitui importante ativo econômico ainda subaproveitado, exigindo políticas públicas estruturadas capazes de integrar cultura, empreendedorismo, inovação e geração de renda. Foi defendida a adoção de ações voltadas à valorização das cadeias produtivas culturais,

ao fortalecimento dos empreendimentos criativos e à ampliação das oportunidades de trabalho para artistas, produtores e trabalhadores da cultura.

A Comissão debateu estratégias para a criação de polos culturais e criativos em Manaus e nos municípios do interior, com infraestrutura adequada para o desenvolvimento de atividades culturais, incubação de iniciativas criativas e estímulo à inovação. Também foram discutidas medidas destinadas à valorização de produtos e serviços culturais locais, incluindo artesanato, música, gastronomia, moda e demais expressões culturais capazes de gerar renda e fortalecer as economias regionais. Foi ressaltada a importância da utilização de plataformas digitais para ampliar a visibilidade dos produtores culturais e facilitar a comercialização de bens e serviços culturais em mercados regionais, nacionais e internacionais.

Outro tema amplamente debatido foi a qualificação profissional dos trabalhadores da cultura. Os participantes defenderam a implementação de programas permanentes de capacitação em gestão cultural, empreendedorismo, marketing, planejamento estratégico e desenvolvimento de negócios criativos. Também foi sugerida a construção de parcerias com universidades, instituições de ensino, entidades de apoio empresarial e organizações especializadas, visando ampliar a oferta de formação técnica e gerencial para agentes culturais em todas as regiões do Estado.

A geração de emprego e renda a partir da cultura constituiu um dos principais focos da reunião. Foram discutidas propostas voltadas à criação de cooperativas culturais, ampliação do acesso a crédito e financiamento para pequenos empreendedores culturais, fortalecimento dos mecanismos de fomento e realização de editais específicos para iniciativas com potencial de sustentabilidade econômica. Os participantes destacaram que a cultura deve ser compreendida não apenas como direito fundamental, mas também como setor estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Amazonas.

No âmbito da sustentabilidade, a Comissão analisou propostas relacionadas à adoção de práticas ambientalmente responsáveis nas atividades culturais, incluindo o incentivo ao uso de materiais recicláveis, à economia circular e à realização de eventos comprometidos com a preservação ambiental. Também foi debatida a necessidade de ampliar o acesso à internet em áreas rurais e periféricas, permitindo que agentes culturais utilizem ferramentas digitais para ampliar suas oportunidades de negócio e fortalecer a sustentabilidade de seus empreendimentos.

Os participantes discutiram ainda a integração entre cultura e turismo como estratégia de desenvolvimento regional. Foram apresentadas propostas para valorização de manifestações culturais tradicionais, como o Festival de Parintins, as culturas indígenas e as tradições ribeirinhas, por meio da criação de roteiros turísticos sustentáveis e da ampliação da articulação entre os setores de cultura e turismo. A promoção de feiras, exposições e mercados culturais também foi apontada como importante instrumento para fortalecimento da comercialização de produtos culturais e geração de renda para as comunidades locais.

Parte significativa dos debates concentrou-se na necessidade de integração das propostas do Plano Estadual de Cultura aos instrumentos de planejamento governamental, especialmente ao Plano Plurianual (PPA). Os participantes destacaram a importância de estabelecer metas, indicadores e projeções orçamentárias capazes de assegurar a implementação gradual das ações previstas ao longo da vigência do Plano. Também foi defendida a participação ativa dos órgãos governamentais e entidades parceiras na pactuação das propostas, visando garantir sua viabilidade técnica, administrativa e financeira.

Durante os debates, foram discutidas propostas de fortalecimento da governança cultural, incluindo a ampliação do diálogo entre Conselho Estadual de Cultura, Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, Comissão Intergestores de Cultura (CIC), universidades, instituições de pesquisa, órgãos de fomento e demais parceiros estratégicos. Os participantes ressaltaram a importância da construção de mecanismos permanentes de cooperação institucional para assegurar maior efetividade na implementação das ações previstas no Plano Estadual de Cultura.

A reunião também registrou discussões sobre a necessidade de ampliar a representação de segmentos vinculados à economia criativa nos espaços de participação social, incluindo a possibilidade de criação de estruturas específicas voltadas ao acompanhamento das políticas de desenvolvimento criativo e empreendedorismo cultural. Nesse contexto, foi defendida a incorporação da economia criativa como eixo transversal das políticas culturais estaduais, reconhecendo seu potencial para geração de emprego, renda, inovação e desenvolvimento sustentável.

Como encaminhamento, a Comissão deliberou pela continuidade da sistematização das contribuições relacionadas ao Eixo 5, consolidando propostas, metas,

indicadores e diretrizes voltadas ao fortalecimento da economia criativa, à ampliação das oportunidades de trabalho e renda, à sustentabilidade dos empreendimentos culturais e à integração das políticas culturais aos instrumentos de planejamento e desenvolvimento do Estado. A reunião reafirmou o entendimento de que a cultura constitui importante vetor de desenvolvimento econômico, inclusão social e valorização das identidades culturais amazonenses, devendo ocupar posição estratégica no planejamento das políticas públicas para a próxima década.

6.7 Sétima Reunião da Comissão do Plano Estadual de Cultura – II Etapa

A sétima reunião da Comissão Especial de Estudos responsável pela elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas (PEC 2025–2035) foi realizada em 04 de dezembro de 2024, em formato híbrido, reunindo conselheiros estaduais de cultura, representantes de órgãos de patrimônio cultural, delegados da Conferência Estadual de Cultura e convidados especializados. Em razão da ausência justificada do presidente e do vice-presidente da Comissão, os trabalhos foram conduzidos pelo assessor jurídico Sérgio Ricardo Mota Cruz. A pauta concentrou-se na análise e consolidação das propostas vinculadas ao **Eixo 3 – Patrimônio, Identidade e Memória**, com foco na preservação do patrimônio cultural amazonense e na estruturação de políticas públicas voltadas à salvaguarda dos bens materiais e imateriais do Estado.

Os trabalhos foram iniciados com uma contextualização sobre a importância do patrimônio cultural imaterial no âmbito das políticas públicas culturais. Durante a reunião, foi destacada a relevância do Decreto Estadual nº 29.544, de 14 de janeiro de 2010, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial no Estado do Amazonas. Os participantes ressaltaram a necessidade de ampliar o conhecimento sobre esse instrumento normativo, considerando sua importância para o reconhecimento e proteção dos saberes, celebrações, modos de fazer, práticas culturais e demais referências identitárias que constituem o patrimônio imaterial amazonense.

A gerente de Patrimônio Cultural Imaterial da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa destacou que o reconhecimento de um bem cultural imaterial exige processos técnicos de pesquisa, inventário, documentação e elaboração de planos de salvaguarda, sendo fundamental que esses processos estejam conectados às comunidades detentoras dos bens

culturais. Também foi enfatizada a necessidade de fortalecer a compreensão social sobre patrimônio imaterial, evitando interpretações simplificadas ou desvinculadas dos critérios técnicos de reconhecimento e preservação cultural.

Na sequência, os participantes debateram a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de identificação, mapeamento e registro do patrimônio cultural do Amazonas. Foi ressaltada a existência de um significativo déficit de informações sobre bens culturais materiais e imateriais no Estado, especialmente nos municípios do interior, tornando necessária a implementação de programas permanentes de inventário, pesquisa e sistematização de informações patrimoniais. Os representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) destacaram que o conhecimento produzido por meio de inventários e pesquisas constitui etapa fundamental para qualquer política efetiva de preservação cultural.

Grande parte dos debates concentrou-se na criação de **Centros de Memória e Referência Cultural**, concebidos não apenas como espaços físicos, mas também como plataformas digitais destinadas à preservação, organização e difusão de acervos históricos, documentais e audiovisuais relacionados às manifestações culturais do Amazonas. Os participantes defenderam a implantação de repositórios digitais capazes de armazenar documentos, fotografias, registros audiovisuais, pesquisas, inventários e demais informações referentes aos bens culturais do Estado, garantindo sua preservação e acessibilidade para futuras gerações.

Os representantes do patrimônio cultural ressaltaram que a criação desses centros deve priorizar inicialmente os bens culturais já reconhecidos pelos instrumentos estaduais e federais de registro e tombamento, incluindo manifestações tradicionais, sistemas culturais indígenas, ofícios de mestres e mestras, práticas comunitárias e demais referências culturais já identificadas. Também foi defendida a criação de uma rede integrada de memória envolvendo Estado, municípios e União, fortalecendo a cooperação institucional e a articulação entre os diversos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural.

A Comissão discutiu amplamente a necessidade de digitalização dos acervos culturais existentes no Amazonas. Os participantes destacaram que a preservação digital representa uma estratégia essencial para garantir a proteção dos documentos históricos e ampliar o acesso da população às informações sobre a memória cultural do Estado. Nesse contexto, foi

sugerida a criação de um **Centro Estadual de Digitalização**, responsável por apoiar os municípios na catalogação, digitalização e disponibilização de documentos, fotografias, periódicos, registros históricos e demais conteúdos de valor patrimonial.

Também foram debatidas propostas voltadas ao fortalecimento das bibliotecas públicas e comunitárias, incluindo a ampliação da infraestrutura tecnológica, acesso à internet, aquisição de equipamentos e criação de acervos digitais. Os participantes ressaltaram que as bibliotecas podem desempenhar papel estratégico na preservação da memória local e na difusão do patrimônio cultural, especialmente em municípios com reduzida infraestrutura cultural.

Outro tema amplamente discutido foi a preservação do patrimônio histórico edificado. Os participantes demonstraram preocupação com a deterioração de imóveis históricos tombados ou com potencial valor patrimonial, especialmente aqueles localizados em áreas urbanas sujeitas à especulação imobiliária. Foi destacado que muitos imóveis históricos permanecem abandonados em razão de disputas sucessórias, ausência de recursos para manutenção ou falta de mecanismos legais adequados para sua preservação. Nesse sentido, foram defendidas ações de mapeamento, monitoramento e diagnóstico desses imóveis, bem como o desenvolvimento de instrumentos legais capazes de assegurar sua proteção e recuperação.

A Comissão analisou ainda propostas relacionadas à criação de programas de monitoramento para museus vivos, museus comunitários e espaços culturais tradicionais, visando fortalecer a gestão desses equipamentos e ampliar sua integração às políticas públicas de patrimônio cultural. Também foram discutidas iniciativas voltadas ao uso de tecnologias inovadoras, como realidade virtual, realidade aumentada e inteligência artificial, para preservação, documentação e difusão do patrimônio cultural amazonense.

Durante os debates, foi ressaltada a importância da criação de indicadores e mecanismos de monitoramento capazes de subsidiar a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. Os participantes defenderam que o Plano Estadual de Cultura estabeleça metas claras para inventário, registro, digitalização, preservação e difusão do patrimônio cultural, permitindo o acompanhamento sistemático dos resultados ao longo de sua vigência.

Outro encaminhamento relevante discutido na reunião foi a necessidade de fortalecer os Fundos Municipais de Cultura e os mecanismos de financiamento destinados às ações de patrimônio cultural. Os participantes destacaram que a sustentabilidade das políticas de

preservação depende da existência de fontes permanentes de financiamento, capazes de garantir a execução de pesquisas, inventários, ações de salvaguarda, manutenção de acervos e funcionamento dos centros de memória. Também foi ressaltada a importância da articulação entre os instrumentos estaduais, municipais e federais de financiamento da cultura.

Ao final da reunião, a Comissão deliberou pela continuidade da sistematização das propostas relacionadas ao Eixo 3, consolidando diretrizes, metas, ações estratégicas e indicadores voltados ao fortalecimento das políticas de patrimônio, identidade e memória. Os participantes reafirmaram o entendimento de que a preservação do patrimônio cultural amazonense constitui elemento fundamental para a valorização da diversidade cultural, fortalecimento das identidades coletivas e transmissão dos saberes e referências culturais às futuras gerações.

6.8 Oitava Reunião da Comissão do Plano Estadual de Cultura – II Etapa

A oitava reunião da Comissão Especial de Estudos responsável pela elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas (PEC 2025–2035) foi realizada em 17 de dezembro de 2024, em formato híbrido, reunindo conselheiros estaduais de cultura, delegados da Conferência Estadual de Cultura, representantes de instituições públicas, membros da sociedade civil e convidados. Em razão da ausência justificada do presidente e do vice-presidente da Comissão, os trabalhos foram conduzidos pelo assessor jurídico Sérgio Ricardo Mota Cruz. A pauta concentrou-se na análise das propostas vinculadas ao **Eixo 6 – Direitos às Artes e às Linguagens Digitais**, promovendo debates sobre inclusão digital, intercâmbio cultural, valorização das culturas indígenas e afrodescendentes, formação artística, democratização do acesso às tecnologias e fortalecimento das expressões culturais por meio das linguagens digitais.

Os trabalhos foram iniciados com a análise da proposta de criação de um festival cultural voltado à valorização dos povos originários do Amazonas, concebido como instrumento de promoção das identidades culturais indígenas por meio da utilização de tecnologias digitais, produção de grafismos, pinturas digitais, audiovisual e demais linguagens artísticas contemporâneas. A proposta foi amplamente debatida pelos participantes, que destacaram a

importância de assegurar protagonismo às populações indígenas na concepção, organização e execução das ações culturais voltadas às suas próprias comunidades.

Durante as discussões, os participantes ressaltaram que o Amazonas abriga a maior diversidade étnica indígena do país, circunstância que exige políticas culturais específicas capazes de reconhecer e valorizar as singularidades de cada povo. Nesse contexto, foi defendida a realização de festivais que respeitem as identidades culturais próprias das diferentes etnias, observando suas particularidades linguísticas, territoriais, artísticas e simbólicas. Também foi discutida a possibilidade de organização de eventos em formato regionalizado, permitindo maior participação das comunidades localizadas no interior do Estado.

A Comissão debateu amplamente os conceitos relacionados aos povos originários e às populações afrodescendentes, enfatizando a necessidade de garantir representatividade e visibilidade a ambos os grupos no âmbito das políticas públicas culturais. Os participantes reconheceram a importância de respeitar as deliberações aprovadas durante a Conferência Estadual de Cultura, ao mesmo tempo em que buscaram construir mecanismos de implementação que contemplassem as especificidades de cada segmento cultural. Como resultado dos debates, consolidou-se o entendimento de que as ações poderiam ser desdobradas em iniciativas específicas, assegurando maior efetividade na execução das políticas voltadas aos povos indígenas e às comunidades afrodescendentes.

Outro tema amplamente discutido foi a valorização das línguas indígenas como patrimônio cultural e instrumento fundamental de preservação das identidades coletivas. Os participantes destacaram que as línguas tradicionais representam não apenas meios de comunicação, mas também sistemas complexos de conhecimento, memória, cosmologias e formas próprias de compreender o mundo. Nesse sentido, foi defendida a inclusão de ações voltadas ao fortalecimento das línguas indígenas, por meio da utilização de ferramentas digitais, plataformas educacionais, mídias comunitárias e iniciativas de produção de conteúdo cultural.

As discussões evidenciaram a necessidade de ampliar os mecanismos de difusão cultural por meio das tecnologias da informação e comunicação. Os participantes ressaltaram que as linguagens digitais representam importante oportunidade para democratização do acesso à cultura, especialmente em um estado com dimensões territoriais extensas e desafios logísticos significativos, como o Amazonas. Foi destacado que as tecnologias digitais podem contribuir para

aproximar comunidades distantes, ampliar o alcance das ações culturais e fortalecer a circulação de bens, serviços e conteúdos culturais produzidos em diferentes regiões do Estado.

No âmbito da formação cultural, a Comissão analisou a proposta de implementação de programas de residência artístico-cultural voltados ao intercâmbio entre municípios, possibilitando a troca de experiências entre artistas, produtores culturais, mestres de saberes tradicionais e demais agentes culturais. Os participantes reconheceram que os programas de residência constituem importante instrumento para o desenvolvimento de novas formas de expressão artística e para o fortalecimento das redes de colaboração entre diferentes territórios culturais do Amazonas.

A reunião também enfatizou a necessidade de ampliar a oferta de cursos, oficinas, capacitações e formações continuadas nas áreas de audiovisual, design gráfico, programação, fotografia, produção digital e demais linguagens contemporâneas. Foi defendida a construção de parcerias com universidades, instituições de ensino técnico, centros de formação profissional e organismos de fomento à pesquisa, buscando ampliar o acesso da população amazonense às oportunidades de qualificação voltadas ao campo da cultura digital.

Outro aspecto amplamente debatido foi a criação de laboratórios de informática itinerantes e espaços públicos equipados com infraestrutura tecnológica adequada para promoção da cultura digital nos municípios do interior. Os participantes ressaltaram que a inclusão digital constitui condição indispensável para o exercício pleno dos direitos culturais, especialmente em localidades onde o acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos ainda apresenta limitações significativas.

A Comissão também discutiu estratégias para fortalecimento do setor audiovisual amazonense, reconhecendo seu potencial como instrumento de difusão cultural, geração de renda e valorização das identidades locais. Foram apresentadas propostas voltadas ao incentivo à produção de narrativas amazônicas em formatos digitais, ao estímulo à experimentação artística por meio de novas mídias e ao fortalecimento da circulação de conteúdos produzidos por artistas e produtores culturais do Estado.

Durante os debates, destacou-se a importância da música como linguagem artística essencial no contexto das culturas digitais contemporâneas. Os participantes defenderam a ampliação das políticas de incentivo à produção, difusão e circulação musical por meio de

plataformas digitais e serviços de streaming, reconhecendo o potencial dessas ferramentas para ampliar a visibilidade dos artistas amazonenses e fortalecer sua inserção nos mercados culturais nacionais e internacionais.

A acessibilidade cultural também ocupou posição central nas discussões. Os participantes ressaltaram a necessidade de garantir que as ações de formação, difusão e participação cultural contemplem recursos de acessibilidade, incluindo tradução em Libras, audiodescrição, tecnologias assistivas e demais mecanismos capazes de assegurar o acesso de pessoas com deficiência às oportunidades culturais promovidas pelo Estado. Foi enfatizado que a acessibilidade deve ser compreendida como princípio transversal das políticas culturais, orientando a elaboração e execução das ações previstas no Plano Estadual de Cultura.

Outro encaminhamento relevante discutido na reunião foi o fortalecimento do Centro de Mídias da Secretaria de Estado de Educação como potencial parceiro na disseminação de conteúdos culturais, especialmente para comunidades localizadas em áreas remotas. Os participantes reconheceram que a utilização de estruturas já existentes pode contribuir significativamente para ampliar o alcance das ações culturais e promover maior integração entre cultura, educação e tecnologia.

As discussões também abordaram a necessidade de construção de indicadores e mecanismos de monitoramento capazes de avaliar a implementação das ações relacionadas ao Eixo 6. Foi destacado que a definição de metas mensuráveis constitui etapa fundamental para assegurar a efetividade das políticas públicas previstas no Plano Estadual de Cultura, permitindo o acompanhamento contínuo dos resultados alcançados ao longo de sua vigência.

Ao final da reunião, a Comissão deliberou pela continuidade da sistematização das contribuições relacionadas ao Eixo 6, consolidando propostas, diretrizes, metas e ações voltadas ao fortalecimento das artes, das linguagens digitais, da inclusão cultural, da diversidade étnica e da democratização do acesso às tecnologias. Os participantes reafirmaram o entendimento de que a cultura digital representa um campo estratégico para o desenvolvimento cultural do Amazonas, capaz de promover inclusão, inovação, valorização das identidades culturais e ampliação do exercício dos direitos culturais em todo o território estadual.

4. METODOLOGIA DA II ETAPA

A II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 foi desenvolvida entre os meses de outubro e dezembro de 2024, sob a coordenação da Comissão Especial de Estudos instituída pelo Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC.

Esta fase teve como principal objetivo promover a análise técnica, consolidação e sistematização das propostas aprovadas durante as Conferências Municipais de Cultura, a 4ª Conferência Estadual de Cultura e a 4ª Conferência Nacional de Cultura, transformando as deliberações da participação social em diretrizes, objetivos estratégicos, metas, indicadores e ações estruturantes para o planejamento cultural do Estado.

A metodologia adotada fundamentou-se nos princípios da participação social, gestão democrática, diversidade cultural, territorialidade, transversalidade das políticas públicas e alinhamento ao Sistema Nacional de Cultura. Para tanto, foram realizadas reuniões técnicas periódicas da Comissão Especial de Estudos, em formato híbrido, possibilitando a participação presencial e remota dos membros da comissão, conselheiros estaduais de cultura, delegados conferenciais, representantes de órgãos públicos e convidados.

Os trabalhos foram organizados por eixos temáticos, permitindo a análise detalhada das propostas apresentadas pela sociedade. Para cada proposta foram identificados objetivos, pontos focais, órgãos envolvidos, desafios de implementação, possibilidades de articulação institucional, metas preliminares e potenciais indicadores de monitoramento.

Durante as reuniões, as propostas foram discutidas sob os aspectos técnico, jurídico, administrativo e orçamentário, buscando assegurar sua compatibilidade com a legislação vigente, sua viabilidade de execução e seu alinhamento aos instrumentos de planejamento governamental.

Ao final da etapa, as contribuições foram consolidadas em uma estrutura preliminar do Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, constituindo a base para as etapas subsequentes de validação institucional e consulta pública.

5. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação social constituiu elemento central da II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, assegurando a continuidade do processo democrático iniciado nas conferências municipais, estadual e nacional de cultura.

Os trabalhos contaram com a participação de conselheiros estaduais de cultura, delegados eleitos na 4ª Conferência Estadual de Cultura, representantes de órgãos governamentais, especialistas convidados, agentes culturais, artistas, produtores, pesquisadores, representantes dos povos indígenas, comunidades tradicionais e demais integrantes da sociedade civil envolvidos com o desenvolvimento das políticas culturais no Estado.

Ao longo das oito reuniões realizadas nesta etapa, foram promovidos debates sobre governança cultural, participação social, patrimônio cultural, memória, diversidade cultural, acessibilidade, economia criativa, direitos culturais, artes, linguagens digitais e fortalecimento institucional do Sistema Estadual de Cultura.

A participação dos delegados conferenciais contribuiu significativamente para a manutenção da legitimidade das propostas aprovadas durante a Conferência Estadual de Cultura, assegurando que as discussões técnicas permanecessem alinhadas às deliberações construídas coletivamente pela sociedade.

Destaca-se, ainda, a participação ativa de representantes dos segmentos culturais, que contribuíram com experiências práticas, conhecimentos técnicos e reflexões sobre os desafios enfrentados nos diferentes territórios do Amazonas, fortalecendo o caráter plural, democrático e representativo do processo de elaboração do Plano.

A diversidade de perspectivas presentes ao longo desta etapa permitiu ampliar a qualidade dos debates e assegurar que as diretrizes propostas refletissem as diferentes realidades culturais existentes no Estado, fortalecendo o compromisso do Plano Estadual de Cultura com a inclusão, a diversidade e a participação cidadã.

6. RESULTADOS DA II ETAPA E PRINCIPAIS AVANÇOS

A II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 possibilitou avanços significativos na consolidação das propostas oriundas do processo conferencial e na estruturação do Anteprojeto de Lei que orientará as políticas culturais do Estado na próxima década.

Entre os principais resultados alcançados, destaca-se a análise técnica e sistematização das propostas distribuídas nos eixos temáticos do Plano, contemplando temas relacionados à governança cultural, participação social, patrimônio cultural, memória, diversidade cultural, economia criativa, formação cultural, acessibilidade, direitos culturais, artes e linguagens digitais.

Os trabalhos permitiram a identificação de objetivos estratégicos, definição preliminar de metas, construção de ações estruturantes e estabelecimento de diretrizes voltadas ao fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura e à ampliação do acesso da população aos bens, serviços e oportunidades culturais.

6.1 Principais Avanços

6.1.1 Fortalecimento da Governança Cultural

Foram consolidadas propostas voltadas ao aprimoramento do Sistema Estadual de Cultura, fortalecimento dos sistemas municipais de cultura, ampliação dos mecanismos de participação social e aperfeiçoamento das estruturas de gestão cultural.

6.1.2 Valorização do Patrimônio Cultural e da Memória

Foram discutidas estratégias para ampliação dos inventários culturais, fortalecimento dos processos de registro e salvaguarda do patrimônio cultural, criação de centros de memória e incentivo à digitalização de acervos históricos e culturais.

6.1.3 Promoção da Diversidade Cultural

As discussões reafirmaram a necessidade de implementação de políticas afirmativas e de valorização da diversidade étnica, social, territorial e cultural do Amazonas, contemplando povos indígenas, comunidades tradicionais, população negra, pessoas com deficiência e demais segmentos historicamente sub-representados.

6.1.4 Fortalecimento da Economia Criativa

Foram construídas propostas destinadas ao desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura, geração de emprego e renda, incentivo ao empreendedorismo cultural e fortalecimento dos setores criativos como instrumentos de desenvolvimento sustentável.

6.1.5 Ampliação dos Direitos Culturais e da Inclusão

A acessibilidade cultural foi incorporada como princípio transversal do Plano, orientando propostas destinadas à democratização do acesso aos bens e serviços culturais, à formação cultural inclusiva e à ampliação da participação social.

6.1.6 Desenvolvimento das Artes e das Linguagens Digitais

Foram consolidadas propostas relacionadas à cultura digital, formação tecnológica, produção audiovisual, inclusão digital, residências artísticas, intercâmbios culturais e utilização de tecnologias inovadoras como instrumentos de difusão cultural e fortalecimento das identidades culturais amazonenses.

Ao final desta etapa, a Comissão Especial de Estudos consolidou uma proposta preliminar do Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, estabelecendo bases sólidas para as fases subsequentes de validação institucional, consulta pública e encaminhamento da proposta para apreciação governamental.

7. RESULTADOS DA II ETAPA

A II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 representou um importante momento de aprofundamento técnico das propostas construídas ao longo do processo participativo iniciado nas conferências de cultura. Por meio das reuniões promovidas pela Comissão Especial de Estudos, foi possível avançar na análise, organização e qualificação das contribuições apresentadas pela sociedade amazonense, estabelecendo bases sólidas para as etapas subsequentes de consolidação do Plano.

Os trabalhos realizados permitiram a construção de consensos em torno de temas estratégicos para o desenvolvimento cultural do Estado, bem como a identificação de desafios, oportunidades e prioridades que deverão orientar a formulação das políticas públicas culturais para a próxima década.

Entre os principais resultados alcançados destacam-se a sistematização temática das propostas, o fortalecimento do diálogo entre os diversos segmentos culturais e a produção de subsídios técnicos que serviram de referência para os trabalhos desenvolvidos na etapa seguinte.

7.1 Consolidação Temática das Propostas

Durante a II Etapa, as propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 4ª Conferência Estadual de Cultura e da 4ª Conferência Nacional de Cultura foram organizadas e analisadas a partir de eixos temáticos estratégicos.

Esse processo permitiu identificar convergências entre propostas semelhantes, promover o aperfeiçoamento de conteúdos e estruturar as discussões de forma mais objetiva e alinhada às necessidades do planejamento cultural de longo prazo.

A análise temática favoreceu a compreensão dos principais desafios enfrentados pelo setor cultural amazonense e possibilitou a construção de uma visão integrada sobre as políticas públicas necessárias para o fortalecimento da cultura no Estado.

7.2 Sistematização por Eixos Estratégicos

Os trabalhos da Comissão Especial de Estudos resultaram na organização das propostas em áreas estratégicas relacionadas à governança cultural, participação social, patrimônio cultural, memória, diversidade cultural, economia criativa, acessibilidade, direitos culturais, artes e linguagens digitais.

A sistematização por eixos possibilitou maior clareza na identificação das demandas apresentadas pelos diferentes segmentos culturais e contribuiu para a construção de uma base técnica consistente para o desenvolvimento das etapas posteriores do Plano.

Além disso, esse processo permitiu visualizar as inter-relações entre os diversos temas debatidos, evidenciando a necessidade de integração entre diferentes políticas públicas e instituições governamentais para a implementação das ações propostas.

7.3 Fortalecimento da Participação Social

Outro resultado relevante da II Etapa foi o fortalecimento dos mecanismos de participação social na elaboração do Plano Estadual de Cultura.

A participação de conselheiros estaduais de cultura, delegados conferenciais, representantes institucionais, especialistas e membros da sociedade civil contribuiu para ampliar a legitimidade das discussões e assegurar que as propostas analisadas permanecessem alinhadas às demandas identificadas durante o processo conferencial.

Os debates realizados permitiram a troca de experiências, a construção de consensos e o aprofundamento das reflexões sobre os desafios e potencialidades da política cultural amazonense, reafirmando a participação social como elemento fundamental para a formulação de políticas públicas democráticas e representativas.

7.4 Produção de Subsídios Técnicos para a Etapa Subsequente

A principal entrega da II Etapa consistiu na produção de subsídios técnicos destinados a orientar os trabalhos da etapa subsequente de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

As análises realizadas pela Comissão Especial de Estudos contribuíram para qualificar as propostas debatidas, identificar pontos que demandavam aprofundamento institucional e subsidiar futuras discussões com órgãos governamentais e entidades diretamente relacionadas às ações previstas no Plano.

Os documentos, registros e sistematizações produzidos ao longo desta etapa constituíram importante base de referência para a realização das reuniões transversais e para o processo de consolidação das metas, indicadores, responsabilidades institucionais e demais elementos que comporiam a proposta do Plano Estadual de Cultura nas fases posteriores de elaboração.

8. PRINCIPAIS AVANÇOS DA II ETAPA

A II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 representou um importante marco no processo de construção das políticas culturais de longo prazo para o Estado. Além de promover a análise técnica das propostas oriundas das conferências de cultura, os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Estudos contribuíram para o amadurecimento das discussões sobre temas estratégicos e para o fortalecimento das bases institucionais necessárias à implementação futura do Plano.

Os avanços alcançados nesta etapa refletem não apenas os resultados das reuniões realizadas, mas também a capacidade de articulação entre poder público, sociedade civil e agentes culturais em torno de uma visão compartilhada para o desenvolvimento cultural do Amazonas.

8.1 Governança e Sistema Estadual de Cultura

Um dos principais avanços observados durante a II Etapa foi o fortalecimento das discussões relacionadas à governança cultural e ao Sistema Estadual de Cultura. Os debates permitiram aprofundar reflexões sobre a integração entre Estado e municípios, o fortalecimento

dos sistemas municipais de cultura, a ampliação dos mecanismos de cooperação institucional e a consolidação de instrumentos voltados à gestão das políticas culturais.

Também foram discutidas estratégias para aprimoramento dos sistemas de informação cultural, fortalecimento dos cadastros culturais e produção de indicadores capazes de subsidiar o planejamento, monitoramento e avaliação das ações culturais em âmbito estadual.

8.2 Participação Social e Cooperação Federativa

A II Etapa contribuiu para fortalecer os mecanismos de participação social e o diálogo entre diferentes atores envolvidos na construção das políticas culturais. A presença de conselheiros, delegados conferenciais, gestores públicos, especialistas e representantes dos diversos segmentos culturais permitiu ampliar a pluralidade dos debates e assegurar maior legitimidade ao processo de elaboração do Plano.

As discussões também evidenciaram a importância da cooperação federativa como instrumento para o fortalecimento das políticas culturais, destacando a necessidade de articulação permanente entre Estado, municípios e União na implementação das ações previstas para o setor cultural.

8.3 Patrimônio Cultural, Identidade e Memória

Os debates realizados ao longo da II Etapa ampliaram a compreensão sobre a importância do patrimônio cultural como elemento fundamental para a preservação das identidades culturais amazonenses. Foram discutidas estratégias voltadas ao fortalecimento das ações de inventário, registro, salvaguarda e difusão do patrimônio cultural material e imaterial.

Também foram identificadas oportunidades para ampliação dos processos de digitalização de acervos, fortalecimento dos centros de memória e utilização de tecnologias para preservação e difusão das referências culturais existentes nos diversos territórios do Estado.

8.4 Diversidade Cultural e Inclusão

Outro importante avanço observado durante os trabalhos foi o fortalecimento do debate sobre diversidade cultural, inclusão e representatividade. As discussões evidenciaram a necessidade de ampliação das políticas afirmativas e de mecanismos que assegurem maior participação de grupos historicamente sub-representados nos espaços de formulação e implementação das políticas culturais.

Os debates contribuíram para consolidar o entendimento de que a diversidade cultural deve constituir princípio transversal das políticas públicas de cultura, orientando ações voltadas à promoção da equidade, valorização das identidades culturais e garantia dos direitos culturais de todos os cidadãos.

8.5 Economia Criativa e Desenvolvimento Sustentável

A economia criativa foi reconhecida como importante vetor de desenvolvimento econômico, geração de renda e valorização das potencialidades culturais do Amazonas. As discussões permitiram identificar oportunidades para fortalecimento das cadeias produtivas da cultura, incentivo ao empreendedorismo cultural e ampliação das ações de formação voltadas à gestão e sustentabilidade dos empreendimentos culturais.

Também foram debatidas estratégias para integração entre cultura, inovação, turismo e desenvolvimento sustentável, ampliando as possibilidades de geração de oportunidades para artistas, produtores culturais e comunidades locais.

8.6 Direitos Culturais, Artes e Linguagens Digitais

Os trabalhos da II Etapa contribuíram para ampliar o debate sobre os direitos culturais e o papel das novas tecnologias no desenvolvimento das políticas culturais contemporâneas. Foram discutidas propostas relacionadas à formação artística, intercâmbio

cultural, cultura digital, inclusão tecnológica e fortalecimento das diferentes linguagens artísticas presentes no Estado.

As discussões também destacaram a importância da democratização do acesso às tecnologias da informação e comunicação, especialmente para populações localizadas em áreas remotas, reconhecendo as linguagens digitais como importantes instrumentos de promoção da cultura, preservação das identidades culturais e ampliação da participação cidadã.

Os avanços alcançados ao longo da II Etapa consolidaram importantes referências para o prosseguimento dos trabalhos de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas, contribuindo para a construção de uma política cultural mais integrada, participativa, inclusiva e alinhada aos desafios contemporâneos do desenvolvimento cultural.

9. ENCAMINHAMENTOS PARA A III ETAPA

A conclusão da II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 representou o encerramento de um importante ciclo de análise técnica, discussão temática e sistematização das propostas oriundas do processo conferencial. Os trabalhos conduzidos pela Comissão Especial de Estudos possibilitaram o aprofundamento dos debates sobre os principais desafios e oportunidades da política cultural amazonense, produzindo subsídios técnicos destinados à continuidade do processo de elaboração do Plano.

Ao término desta fase, verificou-se a necessidade de ampliar o diálogo institucional com órgãos governamentais, entidades públicas e instituições diretamente relacionadas às propostas debatidas durante as reuniões da Comissão. Essa necessidade decorreu da natureza transversal de grande parte das ações discutidas, envolvendo competências compartilhadas entre diferentes áreas da administração pública estadual.

Dessa forma, foi definida a realização de uma etapa subsequente voltada à articulação interinstitucional, com o objetivo de promover reuniões técnicas com órgãos governamentais e instituições estratégicas, visando aprofundar a análise das propostas, identificar possibilidades de cooperação e fortalecer a integração entre as diversas políticas públicas relacionadas à cultura.

9.1 Articulação Interinstitucional

A etapa subsequente foi concebida como um espaço de diálogo entre os diversos órgãos governamentais envolvidos direta ou indiretamente na implementação das políticas públicas relacionadas à cultura. A participação dessas instituições tornou-se fundamental para ampliar a compreensão sobre os impactos das propostas debatidas e identificar mecanismos de cooperação técnica e administrativa necessários ao desenvolvimento das ações previstas no Plano.

Essa articulação buscou fortalecer o caráter transversal da política cultural, reconhecendo a interação da cultura com áreas como educação, turismo, desenvolvimento econômico, meio ambiente, direitos humanos, ciência, tecnologia e comunicação.

9.2 Reuniões Transversais

Como encaminhamento dos trabalhos da II Etapa, foi prevista a realização de reuniões transversais com órgãos e instituições relacionados aos diferentes eixos temáticos discutidos pela Comissão Especial de Estudos.

Esses encontros tiveram como finalidade aprofundar a análise das propostas, promover o diálogo interinstitucional e contribuir para o aperfeiçoamento técnico dos conteúdos debatidos ao longo do processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

As reuniões transversais também representaram importante instrumento de fortalecimento da governança cultural, ampliando a cooperação entre os diferentes setores da administração pública e favorecendo a construção de entendimentos comuns sobre os desafios e prioridades da política cultural amazonense.

9.3 Subsídios para a Continuidade dos Trabalhos

Os documentos produzidos durante a II Etapa, incluindo atas, relatórios técnicos, registros das reuniões e demais instrumentos de sistematização, passaram a constituir importante referência para os trabalhos desenvolvidos na etapa subsequente.

Esses materiais permitiram preservar a memória institucional dos debates realizados, assegurar a continuidade das discussões e fornecer subsídios para o aprofundamento das análises conduzidas junto aos órgãos e instituições participantes da etapa seguinte.

9.4 Continuidade do Processo de Elaboração do PEC 2025–2035

A II Etapa consolidou importantes avanços na análise e sistematização das propostas apresentadas pela sociedade amazonense, contribuindo para o fortalecimento da base técnica necessária à elaboração do Plano Estadual de Cultura.

Os encaminhamentos definidos ao final desta fase reafirmaram o compromisso do Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC e da Comissão Especial de Estudos com a construção de um instrumento de planejamento participativo, democrático e alinhado às necessidades culturais do Estado.

A etapa subsequente daria continuidade ao processo de elaboração do Plano por meio do aprofundamento das discussões interinstitucionais, contribuindo para a consolidação das propostas e para o fortalecimento das bases necessárias à futura implementação das políticas culturais previstas para o período de vigência do Plano Estadual de Cultura do Amazonas.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 constituiu uma fase estratégica no processo de construção participativa das políticas culturais do Estado, promovendo o aprofundamento técnico das discussões iniciadas durante o processo conferencial e contribuindo para a qualificação das propostas apresentadas pela sociedade amazonense.

Ao longo dos trabalhos conduzidos pela Comissão Especial de Estudos, foi possível reunir representantes do poder público, conselheiros estaduais de cultura, delegados conferenciais, especialistas e membros da sociedade civil em um amplo processo de diálogo, reflexão e construção coletiva. Essa dinâmica permitiu analisar as contribuições oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 4ª Conferência Estadual de Cultura e da 4ª Conferência Nacional de Cultura sob diferentes perspectivas, fortalecendo a consistência técnica das propostas e ampliando a compreensão sobre os desafios e potencialidades da política cultural amazonense.

As reuniões realizadas ao longo desta etapa proporcionaram importantes debates sobre governança cultural, participação social, patrimônio cultural, memória, diversidade cultural, acessibilidade, economia criativa, direitos culturais, formação cultural e linguagens digitais. As discussões evidenciaram a riqueza da diversidade cultural do Amazonas e reafirmaram a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção dos direitos culturais, à valorização das identidades culturais e à ampliação do acesso da população aos bens e serviços culturais.

A II Etapa também contribuiu para fortalecer os mecanismos de participação social e cooperação institucional, consolidando espaços de escuta, diálogo e construção compartilhada entre Estado e sociedade. O conjunto de reflexões, análises e contribuições sistematizadas ao longo dos trabalhos constituiu importante base de referência para as etapas subsequentes do processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

Os resultados alcançados nesta fase permitiram organizar e qualificar as propostas debatidas, produzir subsídios técnicos e estruturar referências que contribuiriam para o aprofundamento das discussões interinstitucionais realizadas posteriormente, fortalecendo o processo de construção de uma política cultural de longo prazo para o Estado do Amazonas.

A conclusão desta etapa reafirma o compromisso do Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC, da Comissão Especial de Estudos e dos diversos participantes envolvidos com a construção democrática das políticas culturais, reconhecendo a cultura como elemento essencial para o desenvolvimento humano, social, econômico e sustentável do Estado.

Por fim, este relatório registra não apenas as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos durante a II Etapa, mas também o esforço coletivo empreendido por todos aqueles que contribuíram para a construção de um processo participativo, plural e representativo, cujos desdobramentos continuariam nas etapas subsequentes de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

O presente relatório constitui o registro oficial das atividades desenvolvidas durante a II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas e integra o conjunto documental que subsidia a continuidade dos trabalhos de construção deste importante instrumento de planejamento das políticas culturais do Estado.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

ANEXOS

ANEXO I

PORTARIA INTERNA CONEC Nº 01, DE 03 DE JULHO DE 2024

Nomeia integrantes da Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura para análise das propostas aprovadas na plenária final da III Conferência Estadual de Cultura para o Plano Estadual de Cultura.

O Presidente do Conselho Estadual de Cultura – CONEC, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo § 1º, art. 5º da Lei nº 5.418, de 17 de março de 2021 e pelos arts. 15 e 19, inciso VIII, do Regimento Interno do CONEC;

CONSIDERANDO a proposição apresentada na 28ª Sessão Plenária Ordinária deste Conselho, ocorrida em 5 de junho de 2024, solicitando a criação de uma Comissão Especial para avaliar as propostas aprovadas na plenária final da 3ª Conferência Estadual de Cultura do Amazonas – 3ª CEC, ocorrida no período de 21 a 23 de janeiro de 2024, quanto às suas especificidades e transversalidades;

CONSIDERANDO a necessidade de se estruturar a minuta do anteprojeto de lei do Plano Estadual de Cultura para sua propositura;

CONSIDERANDO o que determina o art. 58, § 2º, do Regimento Interno do CONEC;

CONSIDERANDO que foi atendida a determinação do art. 64, § 2º, do Regimento Interno do CONEC;

RESOLVE:

Art. 1º Criar a COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA visando analisar as propostas aprovadas na plenária final da III Conferência Estadual de Cultura quanto às suas especificidades e transversalidades e estruturar a minuta do anteprojeto de lei do Plano Estadual de Cultura.

Art. 2º Nomear para compor a Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura os seguintes membros:

I – Representantes da Sociedade Civil:

- Pedro Henrique Secatti Cacheado – Audiovisual;
- Álvaro Serrão Monteiro – Literatura;
- Dudson Campos Carvalho – Artes Visuais e Novas Mídias;



- Elson Silva da Rocha – Folclore e Carnaval;
- Jordania Damasceno Galdino – Teatro;
- Lucimar Bezerra Marques – Cultura Popular de Matriz Ibérica;
- Ludimar Nunes Gonçalves – Cultura Indígena;
- Marcos André Durand Pereira – Dança;
- Menciús Benavrahan Melo Figueiredo – Música;
- Vanderley Pinheiro – Circo;
- Wellisson Brito Batista – Cultura Afrodescendente.

II – Representantes do Poder Público:

- Bjarne Lima Furtado – SEDUC;
- Cristina Helena Maia de Oliveira – SEFAZ;
- Emmanuelle Pampolha – AMAZONASTUR;
- Érica dos Santos Nascimento Cintra – SUFRAMA;
- Maick José Soares Tavares – FESCAM;
- Priscila Sena de Souza – AFEAM;
- Roberto Sá Gomes – ALEAM;
- Rosy Cleia da Silva Seixas – SEJUSC;
- Wellington Douglas dos Santos Dias – UEA.

Parágrafo único. Atuará em caráter consultivo e de assessoramento, sem direito a voto, o servidor Thiago Hermido da Silva, Assessor-Chefe de Políticas Culturais da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.

Art. 3º A presente nomeação é feita sem prejuízo das demais atribuições dos integrantes, não fazendo jus a qualquer gratificação ou vantagem adicional, sendo considerada de relevante interesse público.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS APOLO MUNIZ DE ARAÚJO
Presidente do Conselho Estadual de Cultura
Gestor do Fundo Estadual de Cultura

(*) Republicada por ter saído com incorreções na identificação da Comissão disponibilizada em 04 de julho de 2024 no Portal do Conselho Estadual de Cultura.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

ANEXO II

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA II ETAPA DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO AMAZONAS – PEC 2025–2035

A II Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 foi desenvolvida por meio de reuniões técnicas coordenadas pela Comissão Especial de Estudos instituída pela Portaria CONEC nº 001/2024. As atividades ocorreram no período de 31 de outubro a 17 de dezembro de 2024, conforme cronograma abaixo:

Reunião	Data	Modalidade	Tema Principal
1ª Reunião Instrutiva	31/10/2024	Híbrida	Apresentação da metodologia de trabalho, alinhamento conceitual e definição do cronograma da II Etapa
2ª Reunião	07/11/2024	Híbrida	Sistema Estadual de Cultura, Cadastro Estadual de Cultura, Observatório Cultural e Sistema de Informações Culturais
3ª Reunião	14/11/2024	Híbrida	Democratização do acesso à cultura, participação social, sistemas municipais de cultura e comunicação pública da cultura
4ª Reunião	26/11/2024	Híbrida	Patrimônio cultural, memória, fortalecimento dos municípios e proposta do Festival Encontro Cultural
5ª Reunião	28/11/2024	Híbrida	Diversidade cultural, ações afirmativas, acessibilidade cultural e representatividade
6ª Reunião	29/11/2024	Híbrida	Economia criativa, empreendedorismo cultural, geração de trabalho e renda e sustentabilidade cultural
7ª Reunião	04/12/2024	Híbrida	Patrimônio, identidade e memória, centros de memória, acervos e digitalização documental



Reunião	Data	Modalidade	Tema Principal
8ª Reunião	17/12/2024	Híbrida	Direitos às artes, formação cultural, cultura digital, inovação e inclusão tecnológica

Síntese das Atividades

Durante a II Etapa foram realizadas oito reuniões temáticas destinadas à análise, discussão e sistematização das propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 4ª Conferência Estadual de Cultura do Amazonas e da 4ª Conferência Nacional de Cultura.

Os trabalhos permitiram o aprofundamento técnico dos debates relacionados à governança cultural, participação social, patrimônio cultural, memória, diversidade cultural, acessibilidade, economia criativa, direitos culturais, formação cultural e cultura digital, contribuindo para a produção de subsídios técnicos destinados às etapas subsequentes de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

As reuniões ocorreram em formato híbrido, possibilitando a participação presencial e remota dos membros da Comissão Especial de Estudos, conselheiros estaduais de cultura, delegados conferenciais, representantes institucionais, especialistas convidados e membros da sociedade civil.